

Testemunhos Materiais da Fé e da Religiosidade Popular: Cruzes, Cruzeiros, Vias-Sacras, Nichos e Alminhas do Concelho de Carrazeda de Ansiães

António Luis Pereira¹

Resumo: Neste trabalho, o autor aborda assuntos como a patrimonialização e problematiza o conceito de património cultural a propósito das realidades materiais e imateriais subjacentes aos cruzeiros e alminhas existentes no concelho de Carrazeda de Ansiães. A partir do tema, que teve como principal objetivo a inventariação destas ocorrências ainda presentes no território concelhio, parte-se para a análise da origem histórica e do significado cultural da cruz cristã e das alminhas. O enquadramento contextual do artigo pretende explorar o domínio da religiosidade popular e das crenças associadas a essas materialidades.

1. Introdução

O nosso trabalho de inventário e estudo dos elementos materiais da fé e da religiosidade popular presentes na paisagem do concelho de Carrazeda de Ansiães permitiu-nos percorrer um caminho de reflexão e análise associado ao conceito de patrimonialização. A noção de património tem tido um percurso histórico evolutivo e transformador, com especial desenvolvimento nas últimas décadas, a que se tem associado múltiplas figuras jurídicas e acordos internacionais de classificação e proteção. Os estudos sobre as diferentes manifestações do património cultural material e imaterial em Portugal têm vindo a ser ampliados de forma exponencial nas últimas décadas, o que tem permitido o alargamento da investigação histórica a campos menos tradicionais e institucionalizados. Esta tendência transformadora, que valoriza a memória e a identidade² dos grupos, tem-se ligado a diversos projetos inovadores na gestão dos recursos culturais do país, suscitando novas questões nos diferentes processos de valorização do património rural e local, muitas vezes delineados por políticas de desenvolvimento regional ou pelo aproveitamento turístico do património cultural.

1. Arqueólogo, licenciado em História, variante de Arqueologia, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mestre em História e Arqueologia Medievais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É Técnico Superior da Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), onde exerce funções no âmbito da gestão pública da Arqueologia Transmontana e do Património Cultural. Coordenador editorial da *Revista Memória Rural*.

2. "Identidade: entende-se como a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado." (Conferência Internacional sobre Conservação [2000] *Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído*, Anexo - Definições), citado em Barranha, 2016: 44.

"Identidade cultural: modo através do qual diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos ou linguísticos se apercebem das respetivas diferenças, representadas pelo seu património, pelos seus costumes e pelas suas experiências culturais." (European Heritage Network (s.d.) *Cultural Heritage Thesaurus*, p. 36 [adaptado], citado em Barranha, 2016: 44).



A matéria do património é constituída por memórias e elementos comuns de identidade que hegemonomizam nos grupos um sentimento comum de pertença a algo que se exprime por ações, comportamentos e materialidades. Mas o conceito de património tem sempre na essência a noção e a percepção do tempo, um legado que se herda do passado e se transmite para o futuro. Enquanto elemento fundador da identidade dos grupos, o património cultural congrega um dos principais instrumentos sociais para a valorização e promoção da diversidade cultural³ perante a globalização ou *Mundialização da Cultura*, pois promove e valoriza socialmente o conceito de relativismo cultural, rechaçando o etnocentrismo e mesmo o racismo enquanto processos que pretendem a hierarquização da cultura.

Neste contexto genérico de mundialização foi sendo gerada uma certa premência de inventariar, recuperar e valorizar as expressões materiais e imateriais que fortalecem a identidade das comunidades. No nosso país, o fenómeno tem sido transversal a todos os instrumentos de gestão territorial e a planos de desenvolvimento local e regional. O património foi adquirindo uma cada vez maior importância política, traduzindo-se muitas vezes em estratégias de decisão com vista ao fomento de novas sinergias de desenvolvimento económico, sendo enquadrado na sociedade portuguesa como um conceito multifacetado, amplo, complexo, que ao longo dos últimos anos recorreu a um vasto conjunto de reflexões académicas e institucionais, muitas vezes plasmadas num corpo legislativo que abrange desde Convenções e Cartas Internacionais, até às Portarias, Reso-

3. “Diversidade cultural: diferenças observadas entre diversos grupos culturais, resultantes das suas especificidades étnicas, sociais, religiosas, políticas, económicas ou linguísticas.” (European Heritage Network [s.d.] *Cultural Heritage Thesaurus*, p. 30 [adaptado], citado em Barranha, 2016: 44).

“A cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no carácter único e na pluralidade das identidades dos grupos e das sociedades que formam a humanidade. Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido, constitui o património comum da humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras.” (UNESCO 20019] Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, Artigo 1), citado em Barranha, 2016: 44-45.

luções, Despachos, Leis e Decretos-Lei integrantes da Legislação Nacional.

Pela sua complexidade, o estudo e a intervenção no património cultural tem congregado vários domínios do saber, a par de um conjunto de opções políticas resultantes de inúmeras instâncias do poder político nacional, regional e local, uma vez que se trata de um aspeto que se repercute de forma evidente na vida dos indivíduos em sociedade, na caracterização dos grupos sociais e na identidade coletiva dos povos.

A introdução do património cultural nos processos de planeamento e do desenvolvimento territorial está estritamente ligado a um conjunto documental produzido nas instâncias internacionais, nomeadamente no âmbito das preocupações da UNESCO e do Conselho da Europa, existindo desde então um crescente cuidado e envolvimento político para a sua proteção e valorização.

No que diz respeito à União Europeia, é notória a importância que é atribuída ao património em contextos rurais, estando a ser valorizado um conjunto variado de novas soluções, em complementaridade com a atividade agrícola, com vista a um aumento da oferta turística, mas também de outras ofertas ou atividades que visam a renovação dos territórios atualmente considerados de baixa densidade populacional. Neste novo quadro, também designado de “conceção pós-agrícola”⁴, o património cultural surge em perfeita interação com as aspirações de uma nova geração de agricultores e outros empreendedores, ajudando a diversificar a oportunidade produtiva dos territórios mais deprimidos, mas ao mesmo tempo detentores de uma maior variedade tipológica de recursos, na qual se insere, por exemplo, a arquitetura vernacular ou outras expressões materiais e imateriais capazes de impulsionarem novas valências no tecido produtivo do mundo rural.

Esta nova sensibilidade patrimonial tornou-se de tal forma generalizada que extrapolou o seu próprio âmbito da legislação específica, para ser adotada, por exemplo, no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, como é o caso do Decreto-Lei

4. A conceção pós-agrícola está “alicerçada na valorização de novas atividades como suporte essencial da renovação e viabilidade do mundo rural”, (Carvalho, 2011: 8).

n.º 380/99, no qual o património arquitetónico e o património arqueológico são reconhecidos como recursos territoriais. Enquanto elemento de identidade, o património cultural (material e imaterial) constitui uma sinergia variada e riquíssima, detendo em si fortes potencialidades para ajudar à promoção do desenvolvimento local. Através dele é possível fixar pessoas, constituir programas de promoção do território, aumentar a competitividade territorial, criar e valorizar produtos endógenos diferenciadores, promover a qualificação e a internacionalização, funcionalizar as riquezas de interesse público, criar atratividade e, conseqüentemente, contribuir para dinamizar o empreendedorismo local.

Sendo um fator suscetível de incrementar ou dinamizar novas soluções de desenvolvimento, o património cultural reflete também a importância de um recurso que dá relevância acrescida aos contextos rurais, exaltando valores de “*memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*”, em conformidade com o enquadramento legal que dele faz a Lei 107/2001, Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do património cultural. Além de vincar a identidade local por meio de uma abordagem relativista da cultura, permite construir narrativas socioespaciais sobre determinadas realidades materiais e imateriais, devolvendo às populações o sentimento de pertença e integração num grupo com raízes fundamentadas na História e nos elementos de identidade cultural que existem ou coexistem em determinado território.

Será, portanto, dentro desta perspetiva que se poderá ancorar um processo de valorização dos recursos endógenos que transmitem valor de ancestralidade e de identidade, e assim poderemos alicerçar o património cultural como uma sinergia de relevante importância para o desenvolvimento local. Mas, para tal, urge conhecer os recursos culturais de determinada circunscrição territorial, para sobre eles podermos definir medidas prioritárias de atuação. No fundo, é para essa temática que pretendemos alertar quando realizamos e promovemos o inventário sobre as alminhas, cruzeiros e calvários do concelho de Carraceda de Ansiães.

2. O que é o Património Cultural?

O conceito de património abrange uma ampla gama de interpretações e correntes científicas. Disciplinas como a História, História da Arte, Arqueologia, Arquitetura, Antropologia, Geografia, ou Ordenamento do Território, por exemplo, têm para com este conceito aproximações diferenciadas e sempre justificadas dentro de um quadro jurídico, ou dentro de um quadro conceptual diversificado. Tentando sintetizar, de forma a aproximar o nomadismo e a plasticidade do conceito ao nosso objeto de estudo, interessa destacar que o património cultural é, ou pode ser, uma ligação afetiva às referências do passado, a tudo o que existe de comum num grupo e constitui herança coletiva. Para não nos enredarmos numa teia de conceitos com pouca operacionalidade na exposição do tema que aqui trazemos, vamos resumir a ideia geral de património cultural à proposta de definição da UNESCO, como sendo “*o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. O nosso património é fonte insubstituível de vida e inspiração, o nosso ponto de referência, a nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas*”⁵.

Comum às retóricas sobre o património material e imaterial tem sido esta relação com os conceitos de memória, identidade e criatividade dos povos, além da riqueza e diversidade das culturas produzidas dentro de uma dimensão espacial e temporal. Quer na variante material, quer na vertente do intangível, as pessoas e as comunidades são sempre o fator condicionante e condicionado pelo binómio intemporal homem/natureza. Não há património sem produção cultural, assim como não há produção cultural sem o ato criativo e transformador perpetrado pelo ser humano no seio do seu ambiente natural.

São várias e multifacetadas as dimensões do património material e imaterial, estando sempre presente na paisagem, nas tradições e no *modus-vivendi*, por associação à funcionalidade que delas os grupos fazem no presente ou fizeram no passado. Património é o antigo castelo, o serrar da velha, a chocalhada, o saber-fazer, as muralhas do Monte da Cerca, a igreja,

5. UNESCO, 1972.

mas também as alminhas, os cruzeiros, as pontes, o antigo lagar, etc. Enfim, tudo o que contribui para a transmissão da memória e da identidade de uma comunidade.

Segundo a Conferência Internacional sobre Conservação, o “*Património é o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização do património é, assim, um processo relacionado com a seleção de valores*”⁶.

A lei portuguesa que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural concebeu que nesse conceito se devem incluir “*todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização*”. Esse interesse cultural relevante é “*designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico*”. Estes bens que integram o património cultural refletem “*valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*”. Ainda na mesma lei está reconhecido que “*integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa*”⁷.

A UNESCO define o património cultural material “*como o conjunto de sinais materiais – tanto artísticos como simbólicos – transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade. Como parte constituinte da afirmação e do enriquecimento das identidades culturais, como legado que pertence a toda a humanidade, o património cultural confere a cada lugar específico as suas características reconhecíveis e é o repositório da experiência humana*”⁸.

6. Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído, “Anexo – Definições”.

7. Lei 107/2001, de 8 de setembro, Artigo 2.º.

8. UNESCO (1989) “Draft Medium Term Plan 1990-1995” cit. por J. Jokilehto (ed.) (2005) *Definition of Cultural Heritage. References to Documents in History*, pp. 4-5 [trad.], citado em Barranha, 2016: 28.

A mesma entidade definiu como património cultural imaterial “*as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana*”.

Poderíamos permanecer durante muito mais tempo neste exercício de permanentes citações para nos aproximarmos o mais possível de uma definição objetiva do conceito pleno de património cultural, uma vez que existe um quadro conceptual muito alargado e um conjunto documental e legislativo muito vasto que nos levaria a reflexões, asserções e categorizações muito diversas. Mas as definições mais operacionais para uma aproximação objetiva ao conceito são, sem dúvida, aquelas que têm sido produzidas ao abrigo das legislações nacionais, ou plasmadas em cartas, convenções, orientações e recomendações internacionais da UNESCO e da ICOMOS.

No entanto, neste polifacetado mundo de ideias e explicações sobre o que é ou não é património cultural, o que nos interessa fundamentar e questionar é o objeto de estudo que aqui trazemos para inventariar, analisar e problematizar. Poderemos então considerar as alminhas, os nichos, os cruzeiros, os calvários e as vias-sacras como elementos relevantes e integradores do património de um concelho ou de uma região? A resposta é simples, é fácil e é sim. Este tipo de manifestações materiais que logramos enquadrar no horizonte da fé, da crença e da religiosidade popular possui e transmite um valor cultural com significado material e imaterial e, como tal, “*deverá ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras enquanto testemunho da experiência e das aspirações humanas, de forma a*

fomentar a criatividade em toda a sua diversidade e a inspirar um diálogo genuíno entre as culturas”⁹.

Da forma mais sintética possível podemos conceber que o conceito de património engloba o património cultural e o património natural. Ao património cultural associa-se a distinção entre património construído ou imóvel¹⁰, património móvel¹¹ e património imaterial¹². Por sua vez, dentro do património construído, incluem-se as subcategorias ou ramificações relativas ao património arquitetónico, património arqueológico, património vernáculo, património industrial, património paisagístico e património urbano. No caso específico das alminhas e cruzeiros, pensamos que estas manifestações com significado cultural¹³ abrangem simultaneamente os conceitos de património imóvel e de património imaterial, por serem estruturas ou construções com um valor de

9. UNESCO (2001) *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*.

10. “*Em termos de uma conceptualização mais alargada considere-se como bens materiais imóveis, ou como património cultural construído, as estruturas criadas e implantadas pelo homem – ou que o homem produziu, transformando a natureza – dotadas de valor de testemunho histórico, artístico e técnico. Pode tratar-se de estruturas isoladas ou em conjunto. Podem deter uma finalidade imediata, relacionada com a vida material do homem. Como podem também deter uma finalidade mediata e essencialmente simbólica, relacionando-se com a vida espiritual das comunidades*”, (Pereira, P. [1997] “Os conceitos operativos”. In: *Intervenções no Património 1995-2000*, p. 29, citado em Barranha, 2016: 31).

11. “*Conjunto de bens culturais que podem ser transportados (objetos e obras de arte)*.” (European Heritage Network [s.d.] *Cultural Heritage Thesaurus*, p. 50). Ver ainda Artigo 55.º da Lei 107/2001, de 8 de setembro.

12. O património imaterial aparece definido na Lei 107/2001, de 8 de setembro, Artigos 2.º e 91.º. “*O património cultural imaterial manifesta-se nos seguintes domínios: a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; b) artes do espetáculo; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; e) técnicas artesanais tradicionais*.” (UNESCO [2003] *Convenção para a salvaguarda do Património cultural Imaterial*, Artigo 2.º: Definições.)

13. “*Significado cultural significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua materialidade, na sua envolvente, no seu uso, nas suas associações, nos seus registos, bem como nos sítios e objetos relacionados. A expressão significado cultural é sinónima de significado patrimonial e de valor cultural. O significado cultural pode alterar-se em consequência da continuidade histórica do sítio. A compreensão do significado cultural pode alterar-se em consequência de novas informações*.” (ICOMOS-Austrália [1979-1999] *Carta de Burra – Carta para a conservação de lugares de significado cultural*, Artigo 1.º – Definições”, citado em Barranha, 2016: 45).

testemunho histórico e artístico e, ao mesmo tempo, exprimem realidades associadas a práticas etnográficas e antropológicas de relevante significado para a identidade e a memória coletiva¹⁴.

3. A Cruz: Origem e Simbologia

O motivo cruciforme é um símbolo universal cujas origens remontam aos primórdios da História do ser humano. A sua simplicidade conferiu-lhe, desde o início, uma leitura figurativa assente na conjugação de duas linhas uniformes ou descentradas, cuja simbologia está diretamente articulada com uma interpretação que estabelece uma relação com dois mundos distintos: o mundo terreno, da vida, do trabalho e do pecado, e o mundo celeste e paradisíaco; a outra vida, a vida da verdadeira felicidade.

A cruz, na sua representação mais simplificada, é formada pela interceção perpendicular de duas linhas, sendo interpretada como a árvore da vida paradisíaca, um *Eixo do Mundo*¹⁵, no conceito cristão que nos é dado pela iconografia medieval.¹⁶ Por isso, conjuga dois contrários: o positivo, representado pelo traço vertical, e o negativo, representado pelo traço horizontal. No fundo representa uma antítese entre dois mundos que se opõem. De um lado o mundo da realidade profana; do outro o universo da realidade transcendental. De formação muito antiga, o cruciforme é um elemento plástico com expressão decorativa e simbólica dos quatro pontos cardeais, dos quatro elementos, das quatro estações ou dos quatro cantos da terra.

Antes de ser incorporada e apropriada pelo cristianismo, foi bastante comum entre alguns povos pré-históricos, nas antigas culturas da Índia ou mesmo na civilização egípcia. O motivo cruciforme acompanha

14. Em conformidade com Lei 107/2001, de 8 de setembro, Artigos 2.º e 91.º.

15. Casa Martínez, C. de la; Doménech Esteban, 1983: 158.

16. São frequentes as interpretações relativas ao simbolismo dos motivos cruciformes. Existe sempre uma constante nas interpretações que os diversos autores fazem. Essa constante reside na conceção de que a cruz é uma adoção cristã de um símbolo de remotas origens e que exprime e sintetiza a relação do homem, enquanto ser terreno, consigo mesmo e com o cosmos. O eixo vertical (cima/abaixo) proporciona a relação com o Céu, os astros as estrelas; o eixo horizontal (frente/trás, esquerda/direita) relaciona esse homem num mundo físico, terreno, material.



desde tempos imemoriais o processo de desenvolvimento das diferentes mentalidades do ser humano. Mas foi nas antigas culturas do Mediterrâneo que o símbolo surgiu associado à representação de um instrumento de sofrimento, de tortura e de morte. Entre os povos da Mesopotâmia, na Assíria e na Antiga Civilização Romana, a cruz servia o propósito de castigar. Nela se crucificava e se fazia padecer os condenados por delitos graves, ou os inimigos a quem se destinava uma morte sem honra. Foi o que aconteceu no ano de 72-71 a. C., no fim da revolta dos escravos, quando cerca de seis mil soldados de Spartacus foram aprisionados por Crasso e crucificados às portas de Roma, ao longo da Via Ápia¹⁷. O mesmo destino haveria de ter Jesus Cristo cem anos mais tarde, depois de condenado e crucificado pela justiça romana em território judaico, no Monte do Calvário ou Gólgota, em Jerusalém. Este acontecimento haveria de marcar toda a História do mundo ocidental e dar início a uma nova religião que a pouco e pouco se foi impondo em todas as latitudes.

Jesus nasceu em Nazaré, mas o cristianismo ganhou raízes a partir de Jerusalém, uma cidade com cerca de 100 mil habitantes onde surgiu uma pequena seita que conspirava contra a tirania e a injustiça propalada pelos excessos do domínio imperial romano, por via de uma nova doutrina espalhada pelo Nazareno. Não foi fácil a vida das primeiras comunidades cristãs, ou dos primeiros grupos que alicerçaram a ideia de Cristo Ressuscitado, compondo ou gerando o *mito* do homem que morreu e renasceu para salvação da humanidade. Esta ideia galvanizadora do conceito de libertação começou a exercer um fascínio invulgar entre as comunidades de trabalhadores oprimidos pelo sistema político repressivo que na altura estava vigente por todos aqueles territórios. A *boa-nova* da paz, da esperança, do amor e da justiça entre os homens, inspirada na *palavra* de Jesus Cristo, desencadeou uma rápida adesão e um forte crescimento das comunidades cristãs, mas nas catacumbas romanas de Santa Priscila ou de São

Calixto, por exemplo, onde grupos de homens e mulheres se refugiavam de perseguições sucessivas, ainda não estava presente o símbolo da cruz. Nos primeiros tempos desta nova religião¹⁸, a imagem de Cristo era memorada a partir de representações do Bom Pastor ou da Última Ceia. A cruz ainda estava ausente e por enquanto associada à imagem da perda e da infelicidade. Nos séculos iniciais do cristianismo, os novos crentes não se orgulhavam muito da imagem comum da cruz, trazendo-lhes à recordação o instrumento da morte que os romanos infligiam aos que consideravam como maiores criminosos.

Só três séculos mais tarde, quando foi decretada a liberdade de culto no Estado Romano e após a conversão do imperador Constantino ao cristianismo¹⁹, é que a imagem da cruz simples²⁰ começa a ser representada, a par do Crismón, uma figura constituída pelas letras XP correspondente ao nome de Cristo em grego. Deve-se a Constantino, O Grande, a introdução da simbologia da cruz. Conta-se que Constantino, antes de se confrontar na famosa Batalha da Ponte Milvia, contra Magêncio, teve um sonho em que viu uma cruz e ouviu uma voz que dizia: “*com este signo vencerás*”²¹. E porque venceu, o sinal da cruz foi sacralizado e mais tarde tornado símbolo cristão no Concílio de Niceia no ano 325. Mas por esta altura, o mundo romano defrontava-se já com algumas dificuldades na manutenção de toda a sua estrutura administrativa. E parece ser esse o contexto que influenciou a estratégia política de Constantino, ao ter concebido como força social relevante os grupos de cristãos que proliferavam por todas as partes, optando por conquistar toda essa gente e com o seu apoio tentar fortificar o poder.

18. Nesta fase inicial do cristianismo, o culto era feito em casas privadas e em locais sem tipologia definida. Almeida et al., 2013: 14.

19. Discute-se se Constantino se converteu efetivamente ao cristianismo. O que surge como inequívoco foi a liberdade de culto religioso decretada durante o seu reinado.

20. “*Cruz simples*” é a primeira representação do símbolo da cruz cristã, mas ainda sem a presença do corpo de Jesus.

21. Constantino, O Grande, “*de manhã, um pouco antes da batalha, mandou que pintassem uma cruz nos escudos dos soldados e conseguiu uma vitória esmagadora sobre o inimigo*”. Segundo alguns autores, esta é uma narrativa tradicional, um pouco ficcionada, sendo discutida a sua consistência enquanto facto histórico.

17. Almeida et al. 2013: 11. O autor cita Apiano – *História de Roma*, I, 120; Roldán Hervás, José Manuel – *História de Roma*, T.I – “La República Romana”, Editorial Cátedra, Madrid, 1991, pág.518. “...e pereceram todos à exceção de seis mil, que foram capturados e crucificados ao longo de todo o caminho que vai de Cápua para Roma”.

Será com o advento da organização eclesial e a estruturação oficial da Igreja Católica que surge uma maior profusão do motivo cruciforme e em particular da cruz latina, que é a que está associada à morte de Jesus Cristo. O processo de cristianização que então se seguiu foi uma concretização morosa, complexa e sangrenta. A chegada do cristianismo organizado e hierarquizado, que acompanhou o desmoronamento da influência romana (séculos IV, V, VI) trouxe consigo uma religião militante que aniquilou de forma consciente todos os ensinamentos herdados do mundo clássico. A nova fé, transformada agora em *única e verdadeira fé*, apesar de fundamentada nos princípios da paz e do amor ao próximo, só trouxe consigo violência e intolerância²². Depois de oficializada a liberdade de culto, o cristianismo e esses antigos cristãos deram início a variados métodos para extermínio de toda a estrutura figurativa do passado. Apagaram os deuses pagãos, destruíram altares, demoliram templos, estilçaram estátuas, assassinaram sacerdotes e queimaram livros antigos de ciência e filosofia. Ao longo do Mediterrâneo, entre Roma e Alexandria, no norte da Turquia e mesmo em Atenas assistiu-se à aniquilação quase total dos símbolos e monumentos de antigos cultos. Agora impunha-se uma nova fé e com ela um novo e todo poderoso símbolo: a Cruz. Foi nesta turbulência religiosa e fanatismo ideológico, pouco complacente com as antigas representações, que surgiram as primeiras basílicas paleocristãs e com elas também as primeiras representações de cruces, mas ainda sem a imagem de Cristo morto ou agonizante. A planta típica basilical tinha a forma de cruz latina e no interior possuía já alguma decoração pictórica constituída sobretudo por frescos ou mosaicos, estando aí presentes representações de cenas alusivas ao Antigo e Novo Testamento e à Cruz da Redenção²³. A cruz foi durante a Alta Idade Média um adorno presente no interior dos templos cristãos, um símbolo com um significado expresso pela ideia de redenção e de salvação: a alfaia de um espaço sagrado também convertido em umbigo do

mundo, o coração do Corpo Místico de Cristo e o lugar perfeito e ideal para uma relação privilegiada entre Deus e os homens.

À medida que a expansão do cristianismo se consolidava, e depois de passados mais de 500 anos sobre a morte de Jesus Cristo, a cruz estende-se às fachadas das igrejas e a outros suportes relacionáveis à relação transcendental entre os homens e Deus, como são exemplo alguns sarcófagos e estelas evocativas que assinalavam a morte de cristãos. Após o século V e a efetiva desagregação do Império Romano do Ocidente, o uso da cruz enquanto *símbolo do Senhor*, entrou irreversivelmente no quotidiano da religiosidade ocidental, mas o crucifixo, que se distingue da cruz simples por apresentar a representação do corpo de Jesus, só aparece bastante mais tarde, durante a fase do românico, altura em que *“surgem as primeiras esculturas de Cristo crucificado em tamanho natural ou próximo disso no interior das igrejas e outros sítios de culto”*, (Almeida et al., 2013: 15). Na Baixa Idade Média, a par do crucifixo²⁴ que decorava as igrejas dos conventos ou as grandes catedrais, a cruz simples ou estilizada está presente em diversificadíssimos suportes do quotidiano medieval como, por exemplo, as estelas discoides que encaçavam as sepulturas das necrópoles medievais existentes no interior e no exterior das igrejas. Por volta do século XII, a cruz já tinha adquirido múltiplos significados, mas sempre com uma ligação aos valores mentais e morais da religiosidade cristã. Por essa altura começam a multiplicar-se as tipologias dos cruciformes. A versão mais comum continua a ser a cruz de tipo latina, sempre desenhada a partir de um braço horizontal que se interceta com um outro vertical de maior comprimento, dividindo a área de representação em partes desiguais. Mesmo dentro desta tipologia poderão ser encontradas inúmeras variantes que muitas vezes apenas se diferenciam por insignificantes características como a espessura dos braços ou mesmo pelo grau de elaboração das

22. Fazemos a distinção entre cruz e crucifixo. A primeira surge despidida de qualquer representação iconográfica, o segundo é a cruz com a representação de Cristo crucificado, geralmente em representações realistas com as mãos pregadas ao madeiro, uma coroa de espinhos na cabeça e com pano a pender-lhe dos rins. Geralmente ao crucifixo associam-se as iniciais I.N.R.I., que significa *Jesus Nazarenus Rex Iudaeorum* (Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus).

suas terminações. Este tipo de cruz foi sobretudo adotado e difundido por ordens religiosas e militares, como aconteceu no caso da Ordem de Santiago, ou Ordem de Calatrava²⁵. Mas nas estelas discoides encontra-se também a Cruz Grega, cruz de braços iguais que apresenta um conjunto bastante variado de soluções, nomeadamente a nível da espessura e terminações dos braços. A título de exemplo poderemos também citar a Cruz Flordelizada, uma variante tipológica da Cruz Grega que apresenta uma maior preocupação decorativa ao nível da parte terminal dos braços, sendo aí representada a flor-de-lis. A Cruz Patada é uma outra variante tipológica e caracteriza-se por possuir braços iguais, tal como a Cruz Grega, residindo a sua principal diferença nas terminações convexas que rematam a extremidade dos braços em forma triangular. A Cruz de Malta exhibe também braços iguais, curvilíneos que rematam de forma côncava. A sua designação deve-se sobretudo ao facto de ter constituído o principal símbolo da Ordem Militar de Malta, criada em meados do século XI²⁶.

Na Baixa Idade Média a cruz aparece com um caráter distintivo, constituindo muitas vezes o atributo de um grupo social. *“As ordens militares utilizaram modelos exclusivos como emblema corporativo em torno de uma mesma ideia de cristianismo”*, (Ukar-Muruzabal, 1994: 413). Encontram-se também nos brasões da nobreza, nos escudos reais ou nos documentos régios e papais.

Com o fluir dos séculos, este símbolo cristão invadiu o sítio público, foi apropriado por todas as classes sociais, saiu primeiro para os adros das igrejas e depois para o centro dos povoados, sacralizando espaços ou demarcando territórios de diferentes administrações civis e eclesiásticas. Nos largos centrais das aldeias, nos caminhos de pé posto, nas encruzilhadas, ou em locais de acidente mortal, a cruz começou a erguer-se, como sinal de cristianização que assinalava aos passantes a proteção divina contra as tenebrosas forças do mal. Mas surge também como símbolo do poder judicial, *“onde passaram*

25. Casa Martínez, C. de la; Doménech Esteban 1983: 139.

26. Para lá destas tipologias, consideradas como mais comuns, poderíamos ainda referir a Cruz de Santo André, Cruz de S. Pedro, Cruz de S. Filipe, Cruz de Santo António, Cruz Ansata, Cruz de Caravaca, Cruz Gótica, Cruz de Tau, Cruz de Cristo, etc.

a realizar-se pleitos judiciais” e no século XI, no concílio de Claramont, *“foi reconhecido o direito de asilo a todos os que perseguidos pela justiça ou por inimigos se refugiassem ao pé de uma cruz”* (Almeida et al., 2013: 14).

3.1. O Caráter Apotropaico da Cruz

Provavelmente já todos fizemos ou fazemos habitualmente o sinal da Cruz. Com a mão direita partimos da testa, descemos um pouco abaixo do peito, vamos ao ombro direito e terminamos no esquerdo. Um gesto familiar a todos os cristãos praticantes e não praticantes. Fazemo-lo muitas vezes de forma mecânica, um pouco inconscientemente, mas tal gesto tem na essência um desejo protetor que pretende afastar o mal, os *maus olhados*, os maus espíritos, e galvanizar em nós o desejo de evitar malefícios ou desgraças. O cristão faz o sinal da Cruz nas mais diversas circunstâncias fora do ritual litúrgico. Fã-lo sempre que sai de casa, ao passar por uma igreja, por umas alminhas, por um cruzeiro, sempre que ouve uma blasfémia, sempre que o trovão eclode, sempre que se vê em perigo. É um hábito gestual tão antigo como o próprio cristianismo, congregando o crente para a união com Jesus Cristo e a proteção das forças do bem. Neste sinal há tanto de valor devocional como de valor apotropaico, porque se acreditava, e ainda se acredita, que aos pés da cruz soçobra toda a casta de espíritos malignos.

Talvez devido a esta propriedade prodigiosa ela seja muitas vezes utilizada em encantamentos e exorcismos. Nas crenças populares e na religiosidade popular há muitos exemplos da sua utilização fora do contexto devocional e dos ensinamentos transmitidos pela Igreja Católica, Apostólica e Romana. Desde tempos imemoriais que às cruces se atribuiu um poder taumatúrgico²⁷. Nos campos agrícolas, no forno de cozer o pão, nas *lojas* de animais, na hora do parto, em momentos de dificuldade, lá estava sempre a cruz protetora. Desenhá-la ou materializá-la em qualquer suporte que estivesse mais à mão era um ritual muito comum nas diversas atividades

27. *“Muitas cruces em madeira foram então disseminadas pelos campos para proteger as colheitas, do mesmo modo que entram nos barcos para os defenderem contra as tempestades”*, (Almeida et al., 2013: 17).

do quotidiano rural. Em Carrazeda de Ansiães, na aldeia de Areias, a padeira faz três cruzes sobre a massa da broa quando esta está a levedar e antes de entrar no forno.

Os Habitantes de Juncals²⁸ põem cruzes nos campos e nas casas para afastar trovoadas. “*Os moradores revivem no dia 3 de maio, dia da Santa Cruz, a tradição anual das cruzes, feitas com os ramos de oliveira, alecrim e loureiro, designados por ‘vas-souros’, que foram benzidos na missa de Domingo de Ramos*”²⁹.

Como nos informou o Sr. António Júlio Ramos, nascido e criado na aldeia Carrapatosa, concelho de Carrazeda de Ansiães, no dia 3 de maio também os habitantes de Carrapatosa e de Campelos colocavam nos campos diversas cruzes. “*As pessoas iam aos prédios e para protegerem as culturas agradeciam a Deus e metiam uma cruz nas paredes e no meio do prédio, principalmente. Aquela cruz era uma proteção para não virem tempestades. Faziam uma cruz com dois pauzinhos, metiam um no outro e apertavam com a pele do trovisco, um arbusto que há aí pelo monte. Punham a cruz espetada ou amparada com duas pedras até o tempo a fazer desaparecer. Nos anos sessenta ainda se praticava essa tradição*”.

Em muitas localidades de Trás-os-Montes, para enxotar as trovoadas, estendia-se uma toalha na mesa da cozinha e sobre ela colocava-se pão, um copo com água, uma faca e um garfo em cruz³⁰. O Diabo é uma figura presente no quotidiano da ruralidade transmontana e por isso as pessoas desenvolveram comportamentos para se defenderem dos perigos inerentes à sua influência. Há muitas substâncias e objetos que afetam ou afastam a influência de Belzebu e uma delas é a cruz materializada em amuletos que as pessoas transportavam consigo, ou em sinal desenhado em gesto rápido e bem definido sobre o

próprio corpo. Por exemplo, no Barroso, era habitual usarem-se duas chaves de aço ao peito, “*as quais estiveram debaixo da pedra d’ara do altar-mor, postas em cruz, sobre uma toalha de linho dobrada, em três missas dominicais. Junto das chaves coloca-se um terço em cruz*”, (Fontes, 2014: I,38). O Padre António Fontes, na obra *Etnografia Transmontana*³¹, dá-nos alguns exemplos do poder da cruz contra os maus ares, os maus olhados, ou contra as ações maléficas das bruxas e do Diabo. Segundo narra o sacerdote transmontano, para se saber quem eram as bruxas de uma localidade deixava-se o missal aberto, na página de Santos, “*ou seja, no início do cânon, onde está uma cruz de Cristo, elas não podem sair da igreja, enquanto não for fechado o missal*” (Fontes, 2014: I,52). Quando uma criança apanhava o ar de luar era a madrinha que o cortava numa noite de luar fazendo com uma peneira três cruzes sobre a criança³². Também para cortar o coxo, faziam-se três cruzes com uma faca, sobre o lugar infetado, proferindo uma oração³³. “*Quando uma cria, vitela vaca, ou porco saem de casa ou vão para a feira, deita-se-lhes 3 vezes sal, em cruz, com a mão direita ao correr do lombo*” (Fontes, 2014: I,69).

As cruzes serviam ainda para marcar ou delimitar³⁴ o território das freguesias ou dos seus baldios. “*Cada freguesia tem as suas cruzes que limitam o campo onde o gado pode pastar, onde se pode roçar, cortar lenha, ou fazer cavacas*” (Fontes, 2016: II,79).

A maior parte de todos estes costumes recuam a um tempo ancestral que muitos autores fundeiam na Idade Média. Desde os tempos mais recuados do cristianismo ocidental que a cruz foi disseminada pelos campos agrícolas para protegerem as colheitas, acreditando o povo que “*perante elas as intempéries amainavam, as pragas que afligiam os campos desapareciam, as sementeiras cresciam, os rebanhos medravam*” (Almeida et al., 213: 17).

28. Concelho de Fornos de Algodres, Distrito da Guarda.

29. Notícia Rádio Renascença. (<https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2016/04/30/habitantes-de-fornos-de-algodres-po-em-cruzes-nos-campos-e-nas-casas-para-afastar-trovoadas/53049>)

30. Folclore de Portugal, “*Orações contra as trovoadas – Trás-os-Montes e Alto Douro*”, disponível em <https://folclore.pt/oracoes-contras-trovoadas-tras-os-montes>, data da consulta 13-05-2022.

31. Obra referencial sobre a Cultura Barrosã. Constituída por 3 volumes, foi publicada pela Editora Âncora.

32. Fontes, 2014: I,54.

33. Fontes, 2014: I,58.

34. Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere que “*as cruzes e outros sinais amuléticos, gravados em penedos em redor da povoação e nas encruzilhadas, destinavam-se a proteger e a exorcizar o território dos entes maléficos*” (Almeida, 1981: 2).



Sabe-se que o “*Diabo não desmancha cruces*”³⁵ e por isso este símbolo se mostrou tão eficaz ao longo da História do cristianismo, funcionando sempre entre o povo crente de Deus e do Diabo como um verdadeiro elemento profilático, ajudando na proteção contra as forças do mal, ao constituir-se como o *remédio e a mezinha*, pois expulsava o demônio, as coisas ruins, dava virtude aos frutos e escoraçava as almas do outro mundo³⁶. Usava-se e continua a usar-se contra os ares peçonhentos, as maldades das bruxas e as sempre presentes tentações de Satanás.

3.2. Da Cruz ao Cruzeiro

O cruzeiro é a cruz transformada em monumento público. Concebido a partir de uma composição em pedra, a sua monumentalidade é em alguns casos acentuada por uma plataforma, a que se segue uma peanha ou plinto erguidos em degraus. Colocados predominantemente junto de igrejas, adros, praças, cemitérios, encruzilhadas, cimos de cerros e caminhos processionais, os cruzeiros sacralizavam os espaços, delimitavam o território paroquial, erguiam-se como autênticos padrões da cristandade, permanecendo ainda nos dias de hoje com uma imponência indiscreta, testemunho presente e evocativo da crença do povo rural. “*Em terra cristã é símbolo de crença e elemento falante na paisagem humanizada. Vai do interior de povoações até aos pináculos do horizonte, por estradas amplas e caminhos rústicos*”³⁷. Espalhados de forma mais vasta pelo norte e centro do país, os cruzeiros servem para cristianizar locais pagãos, estando em alguns casos a sua implantação associada a lendas ou a locais onde alguém morreu ou sofreu uma aflição. Reveladores de um papel social ainda considerável junto das comunidades rurais, os cruzeiros integram-se na paisagem por motivos diversos. Sagram os sítios considerados perigosos para os viajantes, protegem os campos, recordam epidemias ou acontecimentos históricos, indicam o local de uma morte violenta ou testemunham a

35. (Fontes, 2014: 1,40).

36. Fontes, 2014: 1,16.

37. Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário*. (s.l): (s.e), Vol. II, 1993, p. 145. Citado por Leonel Vieira Silva, In Seminário «Os Cruzeiros de Lousada», disponível em <https://arte-patrimonio.blogs.sapo.pt/68791.html>, data de consulta a 17-05-2022.

funcionalidade dos antigos padrões paroquiais que eram colocados nos adros e largos das povoações³⁸, por associação à demarcação da jurisdição paroquial.

É difícil localizar ou demarcar o período cronológico do aparecimento desta manifestação cristã. A antiguidade da cruz não deve ser confundida com a antiguidade do cruzeiro, uma vez que este deve ter surgido muito mais tarde, em plena Baixa Idade Média, primeiro produzidos em madeira, material perecível que não deixa vestígios muito significativos no devir histórico, e depois em pedra, com especial destaque para o granito, matéria-prima por excelência utilizada na região transmontana. Alguns autores defendem³⁹ que é a partir do Concílio de Trento (1545 a 1563) que existe uma maior disseminação destes monumentos. A cruz ao sair para fora do domínio eclesial passa a designar-se de cruzeiro e a integrar uma maior participação e entusiasmo devocional do povo, talvez como possível reação à Reforma Protestante que preocupava, por esta altura, as autoridades da Igreja Católica. Independentemente dos motivos históricos que levaram as comunidades a construir cruzeiros, parece evidente que tais gestos se articulam com uma crença bem definida e sempre associada à demarcação, sacralização, bênção e purificação dos espaços pagãos. A sua construção resultava de atos ou ações levadas a cabo pelas autoridades religiosas, ou por vontades individuais que assim pretendiam uma certa glorificação pessoal ao assinalar territorialmente um acontecimento.

Os cruzeiros paroquiais estavam associados aos limites geográficos de uma paróquia⁴⁰. Eram as mar-

38. Gonçalves, 1959: 75

39. Carlos Alberto Brochado de Almeida defende que “*embora o seu uso possa ser anterior, foi provavelmente fruto das diretrizes saídas do Concílio de Trento que a cruz passou a estar presente em todas as paróquias portuguesas sob a designação de cruzeiro paroquial*” (Almeida et al., 2013: 18).

“*Já numa conjuntura pós-Trento, configurava-se um maior envolvimento dos fiéis nos atos religiosos e num crescente apelo para a participação em manifestações públicas de fé, onde estas estruturas terão tomado um sentido que iria além do caráter devocional ou apotropaico que outrora ocupou. Entendia-se agora uma função catequética e até disciplinadora, reiterando a impossibilidade do avanço protestante*”, (Vieira, 2019:47), disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=281230, data da consulta a 18-05-2022.

40. “*Desde a Idade Média, que o âmbito territorial de uma igreja, pela ou ermida, em posse e gozo de sua jurisdição, foi demarcado por*

cas territoriais de uma jurisdição paroquial, surgindo geralmente mais elaborados e mais encarecidos nos pormenores construtivos⁴¹, pois pretendiam afirmar-se, em certas situações, como os símbolos do poder local, tendo como referência a autoridade política e social. Alguns desses antigos exemplares possuíam exuberantes decorações, com fustes trabalhados e capiteis exemplarmente ornados e quase sempre rematados com a figura de Cristo crucificado. Outros estão associados a caminhos, capelas, santuários ou montes, assinalando lugares de culto ou passagens críticas da vida pessoal ou coletiva. Um homicídio, uma violação, uma tragédia, um assalto, uma calamidade, uma morte inesperada podiam ser motivos para erguer um cruzeiro. Os cruzeiros assinalam momentos históricos da vida individual e coletiva, mas são também marcos de consciencialização que apontam para a presença e a proteção divina, marcas territoriais de devoção, onde se vai em procissão penitencial para pedir ou clamar pelo fim da guerra, pela proteção das colheitas, ou pedir a interceção divina para o afastamento das fomes e das pestes que flagelavam humanos e animais. Estão também nos cemitérios para “*lembrar aos vivos a piedade pelos mortos. Marca a passagem da Morte, não como tragédia e humilhação, mas esperança e triunfo*”, (Chaves, 1932: 17). Grande parte destas peças, algumas de elevado valor artístico e iconográfico, datam dos séculos XVII, XVIII e XIX, mas muitos dos que chegaram aos nossos dias foram erguidos em meados do século XX, no âmbito do programa comemorativo do centenário da nacionalidade promovido pelo Estado Novo, no ano de 1940⁴².

cruzeiros, que lhe estabeleceram limites definidos” (Chaves, 1932: 14).

41. “*O Cruzeiro paroquial é composto por: plataforma (de dois, três, quatro ou mais degraus); pedestal (soco, dado e cornija); coluna (base, fuste e capitel); e a cruz*”. Citado por Leonel Vieira Silva, In Seminário «Os Cruzeiros de Lousada», disponível em <https://arte-patrimonio.blogs.sapo.pt/68791.html>, data da consulta a 18-05-2022.

42. “*Foi o Padre Moreira das Neves quem lançou a ideia da construção dos Cruzeiros da independência, aproveitando para tal iniciativa patriótica o espírito de respeito que o povo Português tinha pelos muitos padrões de fé existentes por todo o país. Centenas de novos Cruzeiros foram colocados nas cidades, vilas e aldeias de Portugal. Uns com a colaboração das Câmaras Municipais e outros por iniciativa de particulares*”, Leonel Vieira Silva, In Seminário «Os Cruzeiros de Lousada», disponível em <https://arte-patrimonio.blogs.sapo.pt/68791.html>, data da consulta a 18-05-2022.

3.3. A Encruzilhada e o Cruzeiro

Desde os primórdios dos tempos que a encruzilhada é um lugar que preocupa o ser humano. É um lugar associado às forças sobrenaturais, foco de conspeções e de acontecimentos mitológicos. O cruzamento de caminhos é um espaço sinistro, propício à convergência diabólica e ao encontro com o sobrenatural. A origem desta maléfica fama perde-se nos enigmas do tempo. Os primeiros registos escritos onde a encruzilhada é descrita como um lugar “*sujo*” reportam-se à Epopeia de Gilgamesh (Antiga Suméria), datável do século XVIII a XVII a.C. Mais tarde, no seio do politeísmo religioso dos gregos era encarada como um lugar perigoso e mágico, ligado à deusa Hécate⁴³, local para um culto muito disseminado entre gregos e romanos⁴⁴. Em todas as civilizações e em todos os tempos, a interceção dos caminhos marcou a mitologia, a religião e a mentalidade de diferentes povos. Lugar de má reputação, à encruzilhada foi sempre atribuído um significado pernicioso, mas também algo mágico, desafiador, enigmático, um lugar de encontro com as forças do Além, com os seres das trevas, com os mortos, com os espíritos, com animais fantásticos, com o Diabo, com as bruxas, com lobisomens, ou mesmo com fadas.

Antes da cristianização dos territórios peninsulares formados na atualidade por Portugal e Espanha, os romanos escolhiam preferencialmente o encontro de caminhos para a implantação de altares e santuários dedicados aos “*Lares Compitales*”⁴⁵, deuses caseiros

43. Ver artigo bem fundamentado bibliograficamente na wikipédia com o título “*Carrefour dans le folklore et la mythologie*”, disponível em https://pt.frviki.wiki/wiki/Carrefour_dans_le_folkloreet_la_mythologie, data da consulta a 30-05-2022.

44. Virgílio, em *Eneida*, refere-se à Deusa Hécate: “*e Hécate, que se invoca uivando à noite nas encruzilhadas das cidades*”.

45. “*Os Lares são divindades romanas presentes em todo o espaço de vida dos humanos, especialmente nas casas. Mas eles também zelam por pontos geograficamente importantes para a comunidade, em particular encruzilhadas, representadas por rudes estátuas de madeira. Eles são os filhos de Mercúrio e Lara. O termo romano para encruzilhada é compitum, protegido pelos Lares Compitales, são os Lares das comunidades locais ou bairros (vici), homenageados durante as festas de Compitalia. Seus santuários localizavam-se geralmente na encruzilhada central (compites) das estradas romanas e representavam o centro da vida religiosa e social de sua comunidade, especialmente para os plebeus mais pobres e os escravos. Eles eram particularmente homenageados na Hispânia romana.*”, in “*Carrefour dans le folklore*



objeto de um enraizado culto entre as comunidades locais da antiga Hispânia. Esta ideia que associa o encontro de vias de comunicação a lugares de convergência do mal ou do desconhecido pode ser constatada por inúmeras referências que se fazem às bruxas e aos lobisomens na tradição oral portuguesa. O mundo rural é particularmente prolixo neste tipo de credo, como testemunham obras referenciais como a *Etnografia Portuguesa*⁴⁶ de José Leite de Vasconcelos, ou, para o caso de Trás-os-Montes, os conhecidos trabalhos etnográficos desenvolvidos pelo Padre António Fontes⁴⁷ e por Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal.

Esta condição impura da encruzilhada radica num longo processo de assimilação histórica de velhas crenças e de velhos costumes, facto que ao longo dos séculos foi entendido e tratado no seio da estrutura religiosa da Igreja Católica, ao tomar um conjunto de decisões proclamatórias com vista à cristianização desses espaços. “*Diz o sábio Abade de Baçal em carta: ‘O Bispo Santo Elói proibe aos diocesanos – não leveis archotes aos templos dos ídolos, às pedras, aos rochedos, às fontes, às árvores, às encruzilhadas dos caminhos, nem façais votos a alguma dessas coisas. Daí a necessidade de a Igreja cristianizar as encruzilhadas.’*”, (Vasconcelos, 1994: VII, 61). O mesmo Abade de Baçal, no tomo IX das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* reflete também sobre esse longo processo de cristianização das encruzilhadas, escrevendo: “*Nem sempre a cruz nas encruzilhadas dos caminhos ou à beira deles inculca assassinato, como insinuava Lord Byron desesperado por não encontrar em Portugal as facilidades que desejava para satisfação de seus vícios, [...]. Foi para cristianizar os montões de pedras ao lado dos caminhos, dedicados a Mercúrio, que a Igreja os substituiu pelo símbolo da redenção*”, (Alves, 2000: IX,439-440).

“*Este costume vigorava ainda no século VI entre nós, pois a ele alude São Martinho, bispo de Dume (Braga), censurando os que prestavam culto a Mercú-*

rio, «em honra de quem os gananciosos, ao passarem nas encruzilhadas, fazem montões de pedras em guisa de sacrifícios»”, (Alves, 2000: IX,700).

Ainda sobre a mesma temática regressamos a Leite de Vasconcelos que nos cita Viterbo com o mesmo intento. “*A reunião das bruxas e feiticeiras nas encruzilhadas traz à ideia as festas chamadas Compitais, dedicadas aos deuses Lares compitales também celebradas nos cruzamentos dos caminhos, onde a crença pagã erigia altares, santuários, pequenos templos, aedicula, de que derivaram, quando não indicam morticínio, as cruces cristãs com que a Igreja Católica assimilou o velho culto, canalizando-o para o credo religioso*”, (Vasconcelos, 1994: VII,61).

Conclui-se, portanto, que as superstições associadas às encruzilhadas são um antigo registo que pode ser arreigado na antiguidade clássica. Erguer uma cruz para cristianização de um costume pagão foi depois também um ato muito comum durante a Alta e a Baixa Idade Média, fluindo até à época contemporânea como um dos elementos que se associam à fé e à religiosidade popular das mulheres e dos homens que habitaram o mundo rural. Desse modo foi enraizado no imaginário popular um conjunto de crenças extravagantes que juntam bruxas e lobisomens, elas a dançar e eles a espolinharem-se na terra. Mas também rituais para curar os embruxados ou enfeitizados. Quando alguém tivesse sido atingido por um feitiço, era “*necessário levá-los a uma encruzilhada, onde os deitam de bruços e os esfregam com a parte inter-crura das ceroulas de um homem; em cruz, correm-lhe por cima três moedas de prata, lançadas seguidamente para trás das costas. O enfeitizado fica curado e quem apanha as moedas é que leva o feitiço*”, (Alves, 2000: IX,359).

Até à entrada dos anos oitenta do século XX, era ainda comum entre as populações rurais de Trás-os-Montes acreditar-se no poder dos bruxedos feitos nas encruzilhadas. Num valioso registo feito pelo Abade de Baçal, este autor dá-nos conta do horrendo maravilhoso patente na superstição popular quando expresso pela crendice que imana da narração feita por um homem com o curso liceal, um empregado superior dos correios e telégrafos de Bragança do início do século XX. Conta-nos o Abade: “*Há anos encontrámos na estrada para Bragança um homem desta cidade, que nos foi contando o mal,*

et la mythologie”, disponível em https://pt.frwiki.wiki/wiki/Carrefour_dans_le_folklore_et_la_mythologie, data da consulta a 30-05-2022.

46. *Etnografia Portuguesa*, Vol. VII. (Vasconcelos, 1994)

47. *Etnografia Transmontana* da autoria do Pe. António Fontes. Nesta obra, constituída por 3 volumes, são amiudadas as referências a estes credos populares.

sem remédio, que padecia e brevemente o levaria à sepultura por resaltar de um olhar repassado e sortilégios com que uma bruxa o ferira.

– Imagine – dizia ele – como poderei escapar. A coisa mais terrível e sem remédio que as bruxas preparam, é um bolo feito de certas ervas, terra do cemitério, ossos meio queimados, cinzas dos mortos e sal de cozinha, amassado tudo com sangue de sapo à meia noite na encruzilhada dos caminhos, sobre uma pedra, ao mesmo tempo que dizem a Praga da encruzilhada desta forma: «Eu te amasso, eu te repasso (aqui trespassam o bolo com um punhal, que matou algum homem, e melhor é se tiver morto três), ou te asso (aqui metem o bolo no lume) em nome de Berzabu, para que, amassado em lágrimas, repassado com dores, assado em vida, comido pela podridão, sem paz, sem descanso vivas e morras em tudo mal e por fim te leve o poder infernal». Depois espalham no pátio das casas de habitação do indivíduo a quem querem fazer mal este bolo em diagonais tiradas dos respetivos cantos, por forma impercetível, e desde que pisa qualquer fragmento dele, fica perdido sem remédio: define a olhos vistos, até que morre seco como umas palhas, repassado constantemente por dores e queimado em vida, porque nunca mais há paz na sua família”, (Alves, 2000: IX,377-378).

Se um homem com um grau de literacia elevado para a época pensava e acreditava deste modo, imagine-se agora o que pensavam e acreditavam as pessoas sem qualquer conhecimento das letras, os totalmente analfabetos e isolados em núcleos aldeãos, como acontecia com uma enorme percentagem da população transmontana durante a primeira metade do século XX. Como se pode constatar por este e muitos outros relatos, a encruzilhada chegou até à mentalidade das sociedades rurais contemporâneas como um lugar de convergência do mal; o sítio de encontro de seres extraordinários e malfazejos que atentavam e martirizavam a vida as pessoas. Por isso, foi necessário cristianizar esses espaços e neles erguer um cruzeiro, *arrenegando*, por essa via, o que por ordem dos séculos e da abusão aí convergia em nome do mal, para desassossego dos crentes em Deus, no Diabo, nas bruxas, nos lobisomens e em tantas outras criaturas mensageiras ou portadoras da maldade.

3.4. O Cruzeiro nas Vias-Sacras e nos Calvários

São muitas as vias-sacras ainda presentes nas aldeias transmontanas. Estes percursos marcados de forma significativa pela presença da cruz ou de cruzeiros são uma das mais significativas manifestações da piedade cristã, materializando num percurso a caminhada mental da morte de Cristo. Na via-sacra alude-se à caminhada de Jesus Cristo entre o pretório de Pilatos e o monte Calvário, um exercício cénico/religioso que irrompeu em manifestação popular no tempo da Quaresma em muitas aldeias da região transmontana e duriense e em tantas outras regiões do país. Pensa-se que tal exercício teve origem na época das Cruzadas (séculos XI-XIII), quando os fiéis percorriam na Terra Santa os lugares sagrados da Paixão de Cristo. A materialização desta caminhada espiritual nas práticas populares e rurais foi materializada através de cruzeiros ou outras marcas territoriais que ao longo de um trajeto marcam as 14 estações que levam o crente ao topo de uma colina, em associação espiritual com o monte onde Cristo foi crucificado.

Após o Concílio de Trento, um conjunto de resoluções da Igreja Católica instituiu popularmente o culto cristológico por todas as paróquias, o que fez emergir, a partir de finais do século XVII, e mais frequentemente durante o século XVIII, lugares específicos para o culto de Cristo e para a representação da sua caminhada para o Calvário. Estas novas práticas rituais passaram desde então a integrar os cenários das imediações das igrejas, multiplicando-se a criação de santuários de culto devocional, quase sempre materializados em pequenas capelas, cruzeiros e cruzeiros, pretendendo-se com isso significar as etapas e a experiência de fé através de cortejos processionais que percorriam esse locais nas cerimónias da Semana Santa. Cada uma destas estações apresenta uma cena da Paixão e um momento de meditação dos fiéis de Cristo. Na 1.^a Estação, Jesus é condenado à morte; na 2.^a Estação, Jesus carrega a cruz às costas; na 3.^a Estação, Jesus cai pela primeira vez; na 4.^a Estação, Jesus encontra a sua Mãe; na 5.^a Estação, Simão Cirineu ajuda Jesus; na 6.^a Estação, Verónica limpa o rosto de Jesus; na 7.^a Estação, Jesus cai pela segunda vez; na 8.^a Estação, Jesus encontra as mulheres de Jerusalém; na 9.^a Estação, dá-se a

terceira queda de Jesus; na 10.^a Estação, Jesus é despojado de suas vestes; na 11.^a Estação, Jesus é pregado na Cruz; na 12.^a Estação, Jesus morre na Cruz; na 13.^a Estação, Jesus surge morto nos braços de sua Mãe e na 14.^a Estação, Jesus é sepultado.

Citando o Pe. Carlos Alberto da Graça Godinho⁴⁸, “na história da espiritualidade, a Via Sacra pode ser observada [...] de forma ‘sacramental’ ou ‘comportamental’; em que seguindo os sofrimentos de Cristo, o cristão se abre ao ‘poder da sua ressurreição’, em ordem a uma mais íntima comunhão com Deus e uma mais decisiva cooperação na obra salvífica do mundo. É neste quadro que se insere a devoção à Cruz e, nela a génese da via-Sacra”, sendo os elementos que integram a via-sacra “característicos da piedade cristã, que para ela confluem: a conceção da vida como caminhada ou peregrinação; o sentido da vida como passagem, através do mistério da Cruz, do exílio terreno, à pátria celeste; o desejo de o cristão se conformar com a Paixão de Cristo; ou ainda as exigências da sequela Christi, pela qual o discípulo deve caminhar atrás do mestre, levando diariamente a sua cruz”. No fundo, a via-sacra é uma peregrinação em miniatura ou um exercício pessoal de espiritualidade e de piedade que se integra numa *devotio* popular moderna, em que Jesus Cristo surge como figura redentora e símbolo da salvação.

Embora estas vias-sacras tenham uma origem antiga na história do cristianismo, as diferentes modalidades que hoje podemos observar integram-se em cronologias relativamente recentes, com estruturas diversas, mas objetivos comuns. Efetivamente, os calvários raramente nos aparecem com os 14 cruzeiros ou paragens estruturantes do ritual de piedade tal como foi originalmente concebido pela Igreja Católica. Muitos porque desapareceram, outros porque foram criados com uma ideia mais minimalista. Contudo, em todos os exemplares observados está sempre presente a ideia de um percurso com paragens assinaladas pelas mais diversas soluções, a fim de idealmente representar a caminhada de Cristo até ao monte Gólgota. Estas representações

48. Costa, Cláudia Marisa Correia da (2011) “Guia Via Crucis no ‘Deserto Carmelita do Bussaco’”, p.1”, disponível em https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4078/15/GUIA_ViaCrucis_29.12.2011_Claudia-Costa.pdf, data da consulta a 23-06-2022.

populares quase sempre estão associadas a uma elevação local coroada de três cruzeiros, como acontece em Zedes, no concelho de Carraceda de Ansiães. Aí, essa nomenclatura é perfeitamente observável, mas as paragens ou estações hoje em dia são marcadas por pequenas placas quadrangulares com a representação estilizada da cruz. As placas que se encontram pregadas à parede lateral de um caminho representam as diferentes estações numa elementar versão com declarada modernidade, mas muito provavelmente devem ter substituído antigos cruzeiros que estavam distribuídos ao longo de um percurso devocional que acompanhava a Rua do Calvário, mantendo-se até aos dias de hoje apenas o topónimo dessa ancestral realidade. Exemplos similares encontrámo-los na aldeia de Arnal, onde a via-sacra também é assinalada num percurso que sobe da base para o topo do monte onde se ergue a ermida de Nossa Senhora da Paixão. Outros exemplos poderíamos dar, mas cada uma das realidades materiais que observamos e registamos no concelho de Carraceda de Ansiães serão analisadas mais pormenorizadamente no inventário que integra este artigo. Nesta sintética abordagem introdutória interessa-nos apenas evidenciar o quadro devocional que está subjacente à fé e à religiosidade do ato piedoso da via-sacra, porque esta narra de forma vivencial o ato bíblico da Paixão de Cristo que se encontra enraizado na teologia da cruz e na devoção que esta começou a suscitar a partir dos alvares da Idade Média.

4. As Alminhas

Quem caminhar pelos antigos caminhos rurais de pé posto, ou quem visitar recônditas aldeias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta vai deparar, se para isso estiver desperto, com uns curiosos monumentos de culto da religiosidade popular designados por alminhas. Manifestações discretas, as alminhas passam muitas vezes despercebidas ao comum dos transeuntes, mas continuam a resistir, solitárias, decadentes, de candeios sem luz, erguidas em granito sólido ou em talhe de rocha firme, nos caminhos já sem a servidão nem a serventia do antigamente e tantas vezes já rodeados de silvas e mato grosso, num abandono crescente que acompanha o

processo de desertificação humana em que o mundo rural vive mergulhado há mais de meio século.

Primeiro, não havia paróquia ou lugarejo que não tivesse as suas alminhas, mas hoje interrogam-se os idosos de olhos cansados da solidão, sentados no largo central das aldeias transmontanas, e só alguns se recordam desses marcos de passagem, desses locais de reza e de esmola, onde se fazia o sinal da Cruz, se acendia a candeia ou depositavam flores e uma *velinha* em homenagem e em oração pelas almas dos já partidos para o limbo, ou para a liminaridade de um desespero que oscilava entre a alegria do Paraíso e o tormento do Inferno. A esse limbo antigo da dubiedade a Igreja chamou-lhe Purgatório, um lugar de sofrimento, indecisão e de superação, ponto intermédio de libertação, condenação e expiação dos pecados. E em nome da morte e do Purgatório, e para que da morte e do Purgatório os vivos se lembrassem e libertassem, foram construídos estes pequenos *altares*, marcas territoriais que pretendiam chamar a atenção, a toda a hora e na hora menos esperada, para a presença constante de Deus e a imprevisibilidade da morte.

Durante séculos as alminhas abundaram em cruzamentos, entradas de pontes⁴⁹, antigos caminhos de pé posto, integrando a paisagem mental e religiosa de quem se deslocava no território ou entre territórios de maior alcance. Nelas, o viandante encontrava o ponto seguro, o elemento sagrado que apaziguava os medos dos perigos eminentes que espreitavam à berma da caminhada. Nesse sentido, as alminhas desempenharam também um importante papel enquanto o “*elemento sacralizador*” que “*apaziguava a ansiedade e contribuía para o sentimento de segurança: as ações performativas que acompanhavam a visualização destes oratórios ajudavam a sublimar o medo do desconhecido e do imprevisto*” (Lopes, 2016: 225).

Os nichos das alminhas são essencialmente a materialização visual das Almas do Purgatório a su-

49. Refere Carlos Brochado de Almeida que “*sendo as alminhas um culto direcionado para a ementação, não deixa de ser interessante notar que a sua presença na entrada das pontes ou nas encruzilhadas dos caminhos reflete muito da velha mentalidade romana que erguia fana junto das travessias dos rios, do mesmo modo que levantava altares aos Lares Viales e a divindades conotadas com a atividade agrária*.” (Almeida et al., 2013: 31).

plicarem aos vivos as preces e esmolos que permitam a salvação e o alcance do Paraíso divino. Constituem uma dimensão concreta da consciência da finitude e da relação que mede a proporção entre o bem e o mal, embora muitas possam resultar de um acontecimento histórico marcado por uma tragédia coletiva⁵⁰, ou mesmo casos pessoais marcados por mortes trágicas que abalaram as comunidades. Em todas as situações, pretendem sempre confrontar os vivos com a fragilidade e a transitoriedade da vida, apontando para a realidade e a inevitabilidade da morte. Por essa, via irmana todos os homens e mulheres numa igualdade e numa transitoriedade precárias. Muitas expressam essa mensagem de forma escrita e objetiva desta maneira: “*Ó tu mortal que me vês / Repara bem como estou / Eu já fui o que tu és / E tu serás o que eu sou*”, ou então, “*Ó vós que ides passando, lembrai-vos de nós que estamos penando*”.

Penar é padecer, é pagar com dor e sofrimento pelos pecados mundanos, numa dependência de deve e haver, onde o Purgatório funciona como autêntica judicatura. A partir do Purgatório uns vão para o Paraíso, mas outros mergulham definitivamente na profundidade das chamas do Inferno. Por isso, nestas figuras que ao longo dos tempos foram inscritas diretamente na rocha, chapas de metal, pequenos retábulos de madeira ou em azulejos surgem quase sempre num plano superior as representações de Jesus Cristo crucificado, ou então anjos (Arcanjo S. Miguel), santos (Santo António), a Virgem Maria e o Espírito Santo. Num plano inferior dessas pinturas, representam-se habitualmente anjos que ajudam ao resgate de pessoas de diversas condições sociais, em apelo e em dor, de mãos erguidas em oração, a pedirem perdão e salvação e com os corpos a emergirem das línguas do fogo purgador. Nesse padecimento encontram-se homens e mulheres⁵¹ do

50. Veja-se o caso das Alminhas da Ponte de D. Luis, no Porto, que recordam a trágica morte de cerca de quatro mil pessoas em 1809, quando procuravam atravessar o Douro para fugir às tropas de Napoleão Bonaparte na II Invasão Francesa. “*Centenas de alminhas marcam homicídios que chocaram as comunidades, ajustes de contas, amores mal resolvidos ou locais que ficaram cravados pelo sangue*”, in *Jornal Público*. Disponível em http://www.snpcultura.org/vol_alminhas.html data da consulta a 23-06-2022.

51. Nas alminhas nunca surgem representadas crianças. “*As crianças vão diretas para o Céu, são símbolos de pureza e por isso não têm nada para limpar no Purgatório*”. in *Jornal Público*. Disponível



povo, mas também bispos, padres, figuras coroadas ou pessoas de condição superior, numa clara função catequizadora, ao pretender-se transmitir a ideia de que ninguém morre sem pecados e de que à hora da morte todos são iguais perante o juízo final.

Pina Cabral fundamenta-nos a essência básica desta manifestação de religiosidade popular ao considerar que as alminhas “constituem manifestações de uma das concepções centrais da visão do mundo, e mesmo talvez de toda a Cristandade: a oposição entre a vida e a morte física e a vida e a morte espiritual” (Cabral, 1989: 254). O culto das alminhas baseia-se na esperança da vitória do mal perante o bem e consequentemente do resgate e libertação dos pecadores, “contra a vontade do Diabo”. A partir do Anjo São Miguel, juiz dos mortos as almas poderão alcançar a vida eterna, ao serem lembradas pelas orações dos vivos e “redimidas do Purgatório pela graça de Deus e, sobretudo, por meio da intercessão da Virgem, de Santo António e de Cristo” (Cabral, 1989: 254)⁵².

4.1. O Purgatório: Conceito Teológico de Correção e Purificação das Almas Pecadoras

Para alcançarmos o essencial do intangível representado pela materialidade das alminhas temos de explorar o conceito histórico de Purgatório, tal como foi ideado a partir de múltiplas influências teológicas e filosóficas⁵³ que recuam ao mundo clássico e aos primórdios do cristianismo, mas só muito mais tarde tornado *real* pela Igreja Católica Romana a partir da Idade Média. Desde Santo Agostinho que o fogo do Purgatório⁵⁴ se foi estabelecendo como um dogma da

Igreja Católica, ao considerar-se como um elemento físico de expiação, um ato corretivo e retificador dos pecados cometidos na vida terrena. A ideia enraizou-se entre os teólogos medievais como São Tomás de Aquino e a crença foi-se institucionalizando no seio do catolicismo como uma realidade associada a um julgamento dos mortos “como um intervalo no destino escatológico de cada ser humano: o primeiro, no momento da morte, e o segundo no fim dos tempos – o tal lugar, onde se dá um processo de mitigação das penas ou de encurtamento dessas penas”, (Rodrigues, 2010: 31).

Em meados do século XIII, no ano de 1254, numa missiva enviada pelo Papa Inocêncio IV aos cristãos gregos do Chipre estava já patente a ideia doutrinária do fogo purgatório que, segundo o conceito teológico da época, servia para “os pecados ligeiros e mínimos serem purgados; se eles não forem remidos no decurso da existência, pesam na alma depois da morte” (Almeida et al., 2013: 27)

No Purgatório julgavam-se os mortos, mas também se purificavam, rejuvenesciam e imortalizavam as almas através do fogo, da penitência e da prece, sufrágios e missas. Motivo de grande controvérsia entre as igrejas do Oriente e do Ocidente, esta ideia e criação teológica estabiliza e ganha raízes no Ocidente apenas a partir do Concílio de Leão de 1274, no qual se declarou definitivamente a sua existência, mas também o conceito da eficácia da oração na atenuação da observância das penas. Desse modo, e a partir daí, foi sendo “projetada na mente dos fiéis, uma imagem dolorosa visualizada pelas chamas, inserida num estado de passagem a um outro nível ou a uma zona intermediária entre o céu e o Inferno, onde a alma, está a ser punida e a purgar os seus pecados terrenos aliviados somente se tiverem a ajuda dos vivos, dependendo a sua eficácia da quantidade de rezas e orações que se fazem pelas almas” (Rodrigues, 2010: 34). Baseado neste substrato teológico inicial, a devoção às Almas do Purgatório foi-se estabelecendo como um

panha a *História do Cristianismo*. Nos sermões de Santo Agostinho já aparecem expressões como fogo do Purgatório em “*Ingnis purgatorius*”, ou fogo corretor “*Ingnis emendatorius*”. (Rodrigues, 2010: 31). Jacques Le Goff considera Santo Agostinho como o verdadeiro pai do Purgatório, ao contribuir “para o processo do futuro Purgatório com elementos capitais”, (Le Goff, 1995: 84).

elemento central nas sociedades católicas rurais dos séculos XVII, XVIII, XIX e primeira metade do século XX, apesar de, como nos afiança Jacques Le Goff, no século XIII, os dados do Purgatório já estarem perfeitamente delineados e com uma referência extraterrena que projetava um espaço no Além dependente da piedade dos vivos. Ora, vai ser precisamente entre o reino dos vivos que o quadro da devoção se desenvolve em associação com “a crença na imortalidade e na ressurreição, em que algo de novo para um ser humano pode acontecer entre a sua morte e a sua ressurreição” (Le Goff, 1995: 84). Nessa correspondência mental, rezava-se hoje pelos outros para que amanhã rezassem por nós, porque piamente todos criam na ressurreição e na imortalidade da alma. Na essência mais elementar do complexo mental em que se apoiava a fé, foi isso que mais profundamente significaram as representações das alminhas colocadas por esses caminhos fora.

O Purgatório foi assim emergindo como o “lugar da purgação dos pecados venais”, um lugar intermédio, um intervalo temporal entre o momento da morte e o juízo final.

“Quando o Purgatório se instala na crença da cristandade ocidental, entre 1150 e 1250, mais ou menos, de que se trata? É um além intermédio onde certos mortos passam por uma provação que pode ser abreviada pelos sufrágios - a ajuda espiritual - dos vivos. Para se ter chegado aqui foi preciso um longo passado de ideias e de imagens, de crenças e de atos, de debates teológicos e, provavelmente, de movimentos no interior da sociedade, que dificilmente apreendemos” (Le Goff, 1995: 18-19).

Foi, portanto, num processo de longa duração histórica de difícil apreensão que o fogo assumiu um papel primordial devido à sua virtude expurgadora, e como tal as almas de todos os que morriam com pecados eram sujeitas a esse elemento cosmogónico para provação e expiação. Teologicamente, o fogo do Purgatório difere do fogo do Inferno devido à sua virtude purificadora. Na verdade, trata-se de uma forma de sofrimento que permite apagar a antiga existência e preparar o morto para renascer em uma outra vida por intercessão da misericórdia divina. Desde os tempos mais antigos da história da Igreja que se pensava que os mortos tinham dois destinos diferentes: no Julgamento Final, os justos,

bons e virtuosos transformavam-se em eleitos de Deus e iam diretamente para o Paraíso celeste; os restantes eram condenados ao Inferno. O aparecimento do Purgatório vem permitir uma nova prova de esperança perante a vontade divina, garantido a possibilidade de salvação daqueles que, embora pecadores, apenas detinham a mancha de pecados leves, ou de todos os outros que “antes de morrer se arrependeram sem terem tido tempo de fazer penitência na terra e que, de qualquer modo, tiveram uma vida bastante digna e suficientemente marcada por boas obras, merecerão essa «repercagem»” (Le Goff, 1995: 164). Efetivamente, trata-se de uma oportunidade, uma última penitência que é concedida apenas a alguns, um estádio intermédio capaz de conduzir à salvação das almas. Contudo, e apesar da esperança gerada por essa última chance de salvamento, o sofrimento associado ao Purgatório era temido pela generalidade dos vivos, pois todos estavam propensos ao pecado e às falhas ou às fracas prestações penitenciais na vida terrena. Para os fiéis, a aproximação da morte gerava sempre um período de preparação e penitência, mas se ela surgia repentina e sem aviso, a salvação eterna era posta em causa e os pecados não corrigidos teriam de o ser por intermédio do Purgatório. Este passou então a constituir a garantia de uma segunda ocasião para o salvamento das almas dos que partiam, ultrapassando esta nova conceção “em poesia o céu e o inferno, porquanto representa um futuro que falta aos dois primeiros.”⁵⁵

Em *O Nascimento do Purgatório*, obra que desempenhou um importante marco na historiografia das mentalidades, Jacques Le Goff demonstra-nos que a construção desta crença pressupõe uma noção de remissão da alma por um tempo indeterminado, dependendo esse tempo da expurgação do número de pecados de cada pessoa. O tempo necessário para a salvação ficou assim determinado por uma contingência contabilística controlada pelo valor purificador da oração dos vivos. Ao rezar pela alma dos já partidos, a oração contribuía para o seu salvamento, mas também se acreditava que “ao orar por uma alma esta quando saísse do purgatório responderia, intercedendo perante Deus pelos que

55. Le Goff, 1995: 7, citando Chateaubriand.

em http://www.snpcultura.org/vol_alminhas.html, data da consulta a 23-06-2022.

52. Ver ainda “Alminhas e a devoção às almas do Purgatório”, (Pinto, 2016:1-6). Disponível em https://www.academia.edu/29514329/Alminhas_e_a_devo%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0s_almas_do_Purgat%C3%B3rio_resum, data da consulta a 23-06-2022.

53. “Agostinho parece ter captado a continuidade que, apesar das mudanças de sentido fundamentais, liga estas concepções antigas do fogo a concepções cristãs: «Os estóicos, diz ele em a Cidade de Deus (VIII, 5), acreditavam que o fogo, quer dizer, um corpo, um dos quatro elementos que compõem este mundo sensível, está vivo, é sábio e criador do próprio mundo e de tudo o que ele contém; que, em resumo, esse fogo é Deus.»”, (Le Goff, 1995: 24).

54. A questão do Purgatório é uma discussão muito antiga e acom-



tinham orado por ela e estavam agora nas agonias purgatórias. Como é bem conhecido, esta estratégia deu origem a uma autêntica contabilidade do além onde o acumular de orações, práticas e ritos ligados às almas desempenhou um papel fulcral na relação dos crentes com a morte e a vida”, (Lopes, 2016: 222).

4.2. As alminhas e a Religiosidade Popular

As alminhas até há relativamente pouco tempo integravam um sistema de representação ritual que ligava a crença popular dos meios rurais aos conceitos teológicos institucionalizados pela hierarquia da Igreja Católica. Enquanto suporte material de devoção, a sua mensagem expressava-se em imagens e frases simples, mas com uma iconografia que transmite um valor antropológico irrefutável e um papel simbólico com grande significado na fé popular na qual habitualmente se repete e valoriza a essencialidade dos ritos. Enquanto representação iconográfica com abrangência estética e imagética comunicacional, as alminhas representam um fenómeno antropológico e material, não só porque marcaram de forma intensa a paisagem rural do norte e centro de Portugal, mas sobretudo porque geraram um processo de sacralização exterior aos templos que ficou marcado pela arte, pelo ritual e pela oração. Frente a elas, as pessoas comportavam-se com um declarado respeito. Nesses painéis, onde se representavam as amarguras do fogo, todos se reviam. E perante eles, as mulheres ajoelhavam-se, os homens tiravam o chapéu e todos faziam o sinal da Cruz e oravam. Os mais fervorosos e afligidos pela ideia do pecado depositavam velas, acendiam candis ou ofertavam flores e pequenos donativos monetários que devocionalmente depositavam numa caixinha de esmolas⁵⁶ em gestos de perfeita sublimação.

Todos os vivos observavam estas representações iconográficas de arte popular e perante elas recebiam a mensagem fulcral associada ao lamento e ao sofrimento das almas. Das almas chorosas e sofredoras, das almas que apelam aos sentimentos pietistas

dos caminhantes na esperança da ressurreição. Ao mesmo tempo, incutiam o medo de um futuro incerto e a noção da condição inata de pecador que é inerente a qualquer homem ou a qualquer mulher. “Estas imagens são uma ação performativa imediata que convoca representações mentais e gestos previamente apreendidos pela força do habitus” (Lopes, 2016: 224)⁵⁷. Essencialmente, são marcos do espaço público que convocam gestos coletivos enraizados num sistema de longa duração, onde sedimentou a história mental dos povos que pela via do hábito comunitário se transmitiu de geração em geração ao longo de vários séculos. Não fosse o despovoamento do interior e ainda hoje estaríamos perante essa mesma força do *habitus* e dessa noção de essencialidade em que se deposita a esperança de todos os que acreditam na vida além da morte. Aliás, muitas dessas materialidades continuam ainda hoje a ser objeto dos mesmos passos rituais e de gestos tão antigos como os de antanho.

Ao que tudo indica, a origem mais remota do culto às alminhas situa-se no século XVI, ancorando o fenómeno num ambiente social e religioso marcado pelas doutrinas saídas do Concílio de Trento (1545-1563) e pelos sequentes aparecimento e proliferação das Confrarias das Almas, que se começaram a multiplicar em Portugal sobretudo a partir do século XVII⁵⁸. Foi a partir dessas irmandades que se institucionalizou em Portugal a ideia de Purgatório e, por associação a este, a prática do culto às alminhas.

No Concílio de Trento, toda a Igreja Católica Romana defendeu e oficializou de forma definitiva e duradoura o dogma do Purgatório, ideia que aliás não era propriamente nova e tinha já sido oficializada

56. Nestes pequenos monumentos é frequente ver-se uma pequena caixa, muitas vezes escavada diretamente na rocha e tapada por uma tampa de ferro com uma ranhura para inserir as moedas, ou a esmola dos que passavam e que depois serviam para mandar rezar missas pela alma de todos os mortos.

57. Segundo a autora, “o habitus é um dos motores da religiosidade: esta é composta pela reprodução de pequenos gestos e ritos que envolvem os sistemas de representações das populações em torno de um suporte material. Durante séculos as alminhas foram parte funcional do campo religioso, na sua tentativa de controlo do desconhecido e do incontrolável” (Lopes, 2016: 225), disponível em <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1184/934>, data da consulta a 23-06-2022.

58. “Estas confrarias chegaram a Portugal no século XVII. Por volta de 1610, a Lisboa e cerca de 1668 ao Porto. Nos inícios do século seguinte espalharam-se um pouco por todo o país” (Queiroz, 2011), citado por (Vieira, 2019: 36), disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=281230, data da consulta a 20-04-2022.

desde o século XIII. Mas com esta decisão canónica pretendeu-se reagir de forma mais enérgica aos ventos do protestantismo que sopravam da Europa central e do norte, com o intuito de estimular a fé do catolicismo estabelecido, de forma a reposicionar o papel da Contra-Reformaperante o defendido por Martinho Lutero, pai e principal ator da Reforma Protestante do século XVI e feroz combatente contra alguns dos tradicionais dogmas cristãos, e entre eles o da existência do Purgatório. Será ainda num contexto político, social, religioso e militar marcado pela Restauração de 1640 que se gera um ambiente propício à proliferação das Confrarias, Misericórdias e Irmandades das Almas, constituindo-se estas como os bastiões e principais mentores e difusores de tal culto. Com provável origem urbana, esta nova prática cristã vai-se disseminando paulatinamente pelos meios rurais, mas à medida que cresce, deixa de ter o controle apertado da Igreja e, portanto, acaba por se deligar de alguns conceitos e escolas artísticas mais eruditas, fazendo um caminho próprio e independente, muito mais marcado pela espontaneidade popular, com uma feição muito mais naïf e uma reprodução de imagens com uma padronização repetida, nas quais as representações pictóricas surgem artisticamente menos elaboradas, com uma mensagem mais simplificada e uma projeção em materiais mais tradicionais, como a pedra, o metal, a madeira e o azulejo.

À entrada do século XVIII, a cidade era encarada como um espaço centralizador do bem e do mal. Era lá que nascia tudo. “*Da cidade saía o drama, os excessos, a calamidade, aos meios rurais chegava a mensagem já adulterada, o povo levava essa interpretação a sério e misturava-a com as suas tradições e rituais de natureza mágica, embora não tivessem essa noção muito menos essa intenção traduziram uma arte inicialmente erudita para a sua forma rústica de viver. A falta de rigor, de técnica ou escola, faz também com que, de todas as formas de arte, a arte popular seja a mais difícil de datar*”, (Rodrigues, 2010: 95).

Através deste processo mais massificador e popular, as alminhas poderão ter-se transformado em representações simplificadas de uma realidade teológica e artística muito mais elaborada que emergiu

na cidade e se foi espalhando pelo mundo rural num lento processo de imagens e mensagens repetitivas.

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida,⁵⁹ a preponderância do culto e devoção às Alminhas do Purgatório através desses pequenos monumentos teve em Portugal o seu apogeu entre os séculos XVII e XVIII, mas bem sabemos que o culto se manteve profundamente enraizado até meados do século XX, especialmente nas comunidades rurais do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta. Para o último reavivamento social e religioso dessa prática muito também terá contribuído o papel do Estado Novo, ao procurar promover e revalorizar os elementos da identidade e tradição da Pátria Portuguesa. Por essa altura, “*adense-se a rede das capelinhas da devoção e arte popular, construíram-se nichos de Alminhas em profusão, por todos os lugares e caminhos, e Portugal readquirira a feição e a configuração do país cristão individualizado e característico*”, (Babo, 1954: 8)⁶⁰. Muitos dos exemplares que na atualidade encontramos em cruzamentos ou na orla dos caminhos rurais em desuso poderão ser desse período, mas a maioria recua a épocas muito mais antigas, permanecendo como perenes materialidades e preciosos testemunhos de uma religiosidade popular que ajuda a definir e a entender a intangibilidade de uma realidade antropológica que, em parte, ainda hoje permanece.

5. Conclusão

Durante este nosso estudo inventariámos dezenas de materialidades expressas em cruces, cruzeiros, calvários, vias-sacras e alminhas no concelho de Carrazeda de Ansiães. Metodologicamente optámos pela inquirição local, o que nos obrigou a percorrer todas as aldeias e lugares que integram este território concelhio. Convictos de que estas realidades marcam o imaginário coletivo e constituem tema de conhecimento da maioria da população que ainda resiste nestas aldeias, foi por aí que enveredamos. Chegados às povoações, procurávamos meticulosamente um interlocutor que nos pudesse informar sobre a existência de um cruzeiro ou de umas almi-

59. Carlos Alberto Ferreira de Almeida, 1979.

60. Citado por (Vieira, 2019: 38).

nhas no termo do seu povo. Uma metodologia falível, sabemos-lo pela experiência de décadas a percorrer a região na busca de *niquices* do passado. Contudo, foi a única metodologia possível e a mais operacional para podermos elaborar um trabalho com o tempo contado em pouco mais de dois meses. Este é, por isso, o inventário possível e o alicerce necessário para que no futuro seja dada continuidade ao estudo de um tópico que passa a partir de agora a incorporar o arquivo e as preocupações do Museu da Memória Rural de Carrazeda de Ansiães, instituição que através da sua revista tem vindo a realizar diferentes, variados e interessantes estudos temáticos sobre o património cultural concelhio.

Elegemos este tema por termos perfeita consciência de que há matérias que permanecem à margem da pesquisa e da valorização patrimonial, encerradas em juízos e hesitações quando sobre elas se tenciona construir um discurso que coloque em destaque a sua valia e a sua importância documental, patrimonial, histórica, social e antropológica. E os cruzeiros e as alminhas são isso: são materialidades esquecidas nas prioridades de quem tem responsabilidade na gestão e na proteção dos vestígios e das estruturas que restam de uma ruralidade que quase já não existe. E em contramão, como em tantas outras ocasiões, mais uma vez julgamos que estas realidades poderão também ser categorizadas como monumentos, como testemunhos concretos e relevantes do património material e imaterial, marcos de memória coletiva que encerram em si mais do que aquilo que se vê. São suportes palpáveis do intangível, testemunhos materiais de representações mentais e de crenças sociais que se enraizaram na história e na cultura, ajudando dessa forma a caracterizar e a explicar um *modus vivendi* que agoniza ao ritmo acelerado com que o mundo rural também acaba. Por isso, estamos mais do que conscientes da necessidade de salvar e proteger o que ainda resta destas realidades, tendo por objetivo explicá-las e dá-las a conhecer às novas gerações, para que assim seja mantida a memória enquanto alimento da identidade, da história e da vida.

Agradecimentos

Um trabalho de inventário não se faz sem o envolvimento e as ajudas das pessoas que habitam os lugares. Assim, deixamos aqui um agradecimento pessoal ao coletivo de todos aqueles que nos ajudaram a encontrar os *objetos* da nossa curiosidade, que procurámos nas aldeias de Carrazeda de Ansiães, Samorinha, Fontelonga, Besteiros, Penafria, Linhares, Arnal, Campelos, Carrapatosa, Marzagão, Luzelos, Parambos, Misquel, S. Pedro e Venda Nova, Pereiros, Codeçais, Pinhal do Norte, Santrilha, Felgueira, Brunheda, Pombal, Paradela, São Lourenço, Seixo de Ansiães, Coleja, Senhora da Ribeira, Amedo, Areias, Zedes, Mogo de Malta, Mogo de Ansiães, Belver, Foz-Tua, Fiolhal, Ribalonga, Tralhariz, Castanheiro do Norte, Lavandeira, Beira Grande, Selores, Vilarinho da Castanheira e Pinhal do Douro. Foram estas as aldeias percorridas na busca das alminhas e cruzeiros do concelho de Carrazeda de Ansiães.

Um agradecimento particular ao Sr. António Júlio Pires da aldeia da Carrapatosa, ao Sr. Rui Pereira de Vilarinho da Castanheira, ao Cristiano Sousa, ao António Carvalho de Pinhal do Douro, à Diana Canelhas pelos grafismos, e ao Nelson Tito.



Inventário

Cruzeiros, Calvários e Vias-Sacras
(Carrazeda de Ansiães)





CRUZEIRO E ALMINHAS DE N.º SR.ª DOS AFLITOS

01

FREGUESIA ■ Carrazeda de Ansiães
LUGAR ■ Carrazeda de Ansiães
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



É o único cruzeiro pintado no concelho de Carrazeda de Ansiães. É um misto de alminhas e cruzeiro, conforme facilmente se percebe pelas pinturas que constam da sua base, composta em forma de um nicho. A cruz expõe o motivo principal de Cristo crucificado, mas pelas diversas faces estão representados os símbolos da Paixão, como os cravos, a torquês, o martelo, etc. Sob os pés do crucifixo existe um cálice e abaixo um nicho decorado com umas alminhas de contornos naïf. Subsistem os vestígios de uma inscrição.

LATITUDE 41.244988 | LONGITUDE -7.299689



CRUZEIRO CAPELA N.ª SR.ª DE FÁTIMA

03

FREGUESIA ■ Carrazeda de Ansiães
LUGAR ■ Carrazeda de Ansiães
CRONOLOGIA ■ Recente (2010)



Localiza-se nas imediações da Capela de Nossa Senhora de Fátima, na vila de Carrazeda de Ansiães. Trata-se de um exemplar de grandes dimensões, em granito, colocado há poucos anos, o que demonstra que a tradição relacionada com o erguer de cruzeiros para a sacralização dos espaços ainda permanece viva neste território.

LATITUDE 41.240854 | LONGITUDE -7.311330



CRUZEIRO DO CEMITÉRIO DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

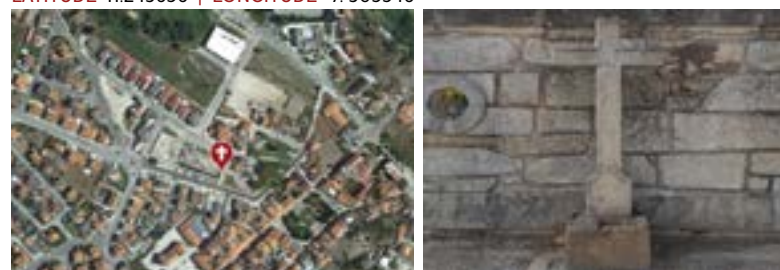
02

FREGUESIA ■ Carrazeda de Ansiães
LUGAR ■ Carrazeda de Ansiães
CRONOLOGIA ■ Indeterminada (Finais Século XIX?)



Ergue-se na lateral esquerda do portão de acesso ao cemitério de Carrazeda de Ansiães. Trata-se de um cruzeiro simples assente em plinto aproximadamente cúbico. Daqui arranca um fuste com base em forma de nicho, onde poderão ter existido umas antigas alminhas. A cruz propriamente dita é de secção retangular possuindo quatro faces emolduradas por um estreito rebordo levemente alteado. Sobre o plinto existe uma pequena cavidade ladeada por um "gato" de ferro que pode ter funcionado como caixa de esmola, ou como encaixe de uma cruz mais antiga e de menores dimensões.

LATITUDE 41.243656 | LONGITUDE -7.305546



CRUZEIRO DA SAMORINHA

04

FREGUESIA ■ Carrazeda de Ansiães
LUGAR ■ Samorinha
CRONOLOGIA ■ Indeterminada (Século XVIII?)



Monumento de grande dimensão que marca indelevelmente o centro do pequeno aglomerado urbano da aldeia de Samorinha. Estrutura-se a partir de uma escadaria de quatro degraus circulares de onde arranca um fuste cilíndrico coroado de anel. Sobre este assenta uma forma globular para suporte de uma espécie de capitel que serve de base a uma pequena cruz latina. O conjunto foi talhado em granito e revela uma grande antiguidade, apesar de nenhum elemento epigráfico nos sugerir qualquer pista para uma aproximação à sua cronologia.

LATITUDE 41.259355 | LONGITUDE -7.300730





CRUZEIRO DO MARCO GEODÉSICO

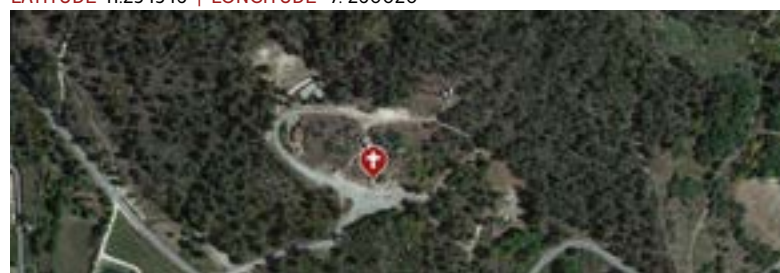
FREGUESIA ■ Fontelonga
LUGAR ■ Marco Geodésico
CRONOLOGIA ■ Recente

05



No sopé do relevo onde se implanta o vértice geodésico de primeira ordem de Fonte Longa foi recentemente colocada uma cruz latina. O espaço encontra-se organizado em forma de altar e destina-se a missas campais. A cruz é de granito e de traça elementar ou simplista.

LATITUDE 41.234346 | LONGITUDE -7.260020



CRUZEIRO DO ENTRONCAMENTO DE FONTELONGA

FREGUESIA ■ Fontelonga
LUGAR ■ Cruzamento de Estradas CM1141 com M627
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

06



No cruzamento de estradas CM1141 com a M627 que liga Belver a Fontelonga encontra-se um cruzeiro granítico assente num plinto cúbico. É de traça simples e não possui quaisquer elementos decorativos. O cruzeiro foi aqui colocado, por certo, para sacralizar um encontro de caminhos que ligam Fontelonga a Belver e Carrazeda de Ansiães a Pena Fria.

LATITUDE 41.235360 | LONGITUDE -7.264820



CRUZEIRO ALDEIA DE FONTELONGA

FREGUESIA ■ Fonte Longa
LUGAR ■ Fonte Longa (Frente à Igreja Matriz)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

07



Este cruzeiro encontra-se colocado na lateral de entrada no adro da Igreja Paroquial de Santa Maria Madalena de Fontelonga. Constitui-se por uma cruz de tipo latina com rebordos e aplicações semicirculares de pequena dimensão nas terminações superiores e no topo do plinto que apresenta uma forma paralelepípedica. Sobre o lado direito do fuste da cruz, junto da interceção com a base, insculpiram-se as iniciais J. S. Não possui qualquer data ou outros elementos decorativos. Pode tratar-se de um cruzeiro paroquial.

LATITUDE 41.229430 | LONGITUDE -7.264095



CRUZEIRO DE PENAFRIA

FREGUESIA ■ Fontelonga
LUGAR ■ Penafria
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

08



No centro da aldeia de Pena Fria, num dos arruamentos da pequena localidade, ergue-se um cruzeiro com cruz latina assente sobre plinto cúbico. Nenhum elemento decorativo se observa nesta rústica peça, contudo foi possível observar vestígios residuais de pintura. É possível que este cruzeiro tivesse o crucifixo pintado diretamente sobre o granito.

LATITUDE 41.242482 | LONGITUDE -7.247979





SANTUÁRIO DE N.ª SR.ª DA PAIXÃO

FREGUESIA ■ Linhares
LUGAR ■ Arnal (Santuário)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

09

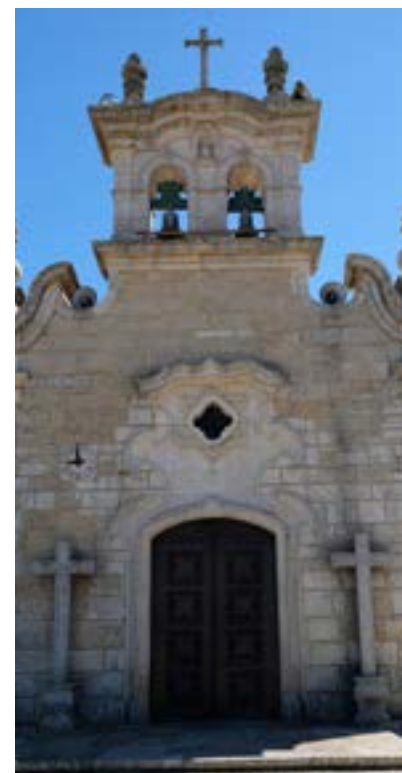


No Santuário de N.ª Sr.ª da Paixão, monte de elevada altitude que se desenvolve sobranceiramente à aldeia de Arnal, encontram-se vários cruzeiros e um percurso de via-sacra. Do conjunto material que testemunha aspetos da religiosidade popular, o elemento historicamente mais relevante é a presença de um antigo cruzeiro de granito com contornos muito simplistas e de grande elegância plástica. Trata-se de um exemplar que assenta numa plataforma composta por dois degraus já mal consolidados, mas que ainda servem de encaixe a um fuste sextavado que remata num pequeno capitel para assentamento de uma cruz mais pequena de tipologia latina. Quer na base, quer antes de ser delineado o esboço do capitel, surgem motivos decorativos de configuração esférica, baseados em pequenas pomas que emergem em alto relevo. Entre a população da aldeia existe uma ancestral prática que consiste em transportar pedras à cabeça ou entre as mãos para amontoar junto deste cruzeiro. Esta prática era antigamente muito comum entre crianças, homens e mulheres. Segundo alguns depoimentos orais recolhidos na aldeia de Arnal, “as pessoas transportavam as pedras e uma vez chegados junto do cruzeiro acariciavam as esferas da base da haste e de costas voltadas para o monte atiravam os calhaus que traziam”. Atualmente ainda é significativa a quantidade de pedra depositada junto deste ancestral monumento.

Pelo lado da pendente norte, ao longo de um caminho calçadado que sobe da aldeia até ao santuário, implantam-se de forma alternada, de um e do outro lado desse percurso, 11 blocos graníticos com forma retangular para materialização dos passos de uma via-sacra. Esta tem depois continuação já dentro do recinto do santuário onde se erguem mais dois crucifixos que possuem na base do suporte, construído em cimento, quadros de azulejos com a representação de cenas da Paixão de Cristo.



LATITUDE 41. 215910 | LONGITUDE -7. 349196



VIA-SACRA DA IGREJA DE MARZAGÃO

FREGUESIA ■ Marzagão
LUGAR ■ Marzagão (Igreja Matriz)
CRONOLOGIA ■ Século XVIII

10



No adro da Igreja Matriz de Marzagão ergue-se um notável conjunto de cruzeiros que dão corpo a uma antiga via-sacra. São no total 13 exemplares de configuração similar (4 na fachada sul, 3 na fachada nascente, 4 na fachada norte e 2 na fachada principal virada a ocidente). Todos se compõem por cruces de tipo latina simplificada, assentes sobre plintos aproximadamente paralelepípedicos. Apenas os dois cruzeiros que ladeiam a porta da fachada principal do templo patenteiam plintos diferentes, exibindo uma maior elaboração estética, com um talhe em forma de jarrão a rematar em cornija com degraus moldurados. Também as cruces destes dois exemplares se diferenciam dos restantes modelos por apresentarem finos rebordos alteados. A Igreja de Marzagão é um importante templo do concelho de Carrizada de Ansiães. A planta está organizada por uma nave, capela-mor, sacristia e torre sineira de dois arcos. Possui “um portal em arco abatido, ornado por molduras e sobrepujado por frontão de lanços formando espelho vazado por óculo quadrifoliado e encimado por cornija ondulada. Tem uma inscrição incorporada na parede da nave junto a porta lateral: «ESTA IGREJA TRESLADOUSE AQUI/ DA PRIMITIVA EXTRA MUROS/ DA VILLA DE ANCIAENS/ NO AN/ NO DE 1575 E REFORMOUSSE/ NO ANNO DE 1765 SENDO/ REITOR O DOUTOR ANTONIO/ DE SOUZA PINTO DA M(esm)A FREG(uesi)A»”¹

O interior conserva retábulos de talha dourada de estilo joanino e tetos de madeira formando caixotões. É possível que a via-sacra remonte à fase de reformulação ocorrida no ano de 1765.

1. Lima, 1999 “Igreja Paroquial de Marzagão”, in Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=71



LATITUDE 41. 210903 | LONGITUDE -7. 319179





CRUZEIRO DO LARGO DO CEMITÉRIO DE MARZAGÃO

FREGUESIA ■ Marzagão
LUGAR ■ Largo do Cemitério
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Cruzeiro de aparência simples composto por plinto cúbico e uma cruz latina de talhe recente. Neste caso, a peça mais antiga do antigo conjunto é o plinto, onde ainda está presente uma concavidade circular reforçada por uma cavilha e um “gato” de ferro para o encaixe de uma outra cruz mais antiga de coluna circular, feita de madeira ou granito. A cruz atual é um restauro recente elaborado com granito polido e secção retangular.

LATITUDE 41. 211849 | LONGITUDE -7. 317085



CRUZEIRO DO CENTRO DA ALDEIA DE MARZAGÃO

FREGUESIA ■ Marzagão
LUGAR ■ Marzagão
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



No centro do aglomerado urbano da aldeia de Marzagão, na sua rua principal, localiza-se um cruzeiro de configuração simplificada. Sobre um plinto paralelepípedo ergue-se uma cruz de tipologia latina com finos rebordos alteados. Trata-se de uma peça singela sem qualquer decoração ou epígrafe.

LATITUDE 41.209044 | LONGITUDE -7. 319774



CRUZEIRO DA ESTRADA MARZAGÃO

FREGUESIA ■ Marzagão
LUGAR ■ Estrada M632 1 (Próximo da Rua da Escola)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



À beira da Estrada M632-1, próximo da Rua da Escola, no sentido da aldeia de Linhares, encontra-se levantado um antigo cruzeiro. Sobre um degrau atualmente pouco consolidado assentou-se um plinto paralelepípedo e sobre este uma cruz de finos rebordos alteados e com uma base em forma de nicho. A cruz é composta por duas peças, não se sabendo se foi assim talhada originalmente, ou se por qualquer motivo se partiu e depois foi justaposta com recurso à fixação por dois robustos “gatos” de ferro.

LATITUDE 41. 21093 | LONGITUDE -7. 321663



CRUZ CASA MISQUEL

FREGUESIA ■ Parambos
LUGAR ■ Misquel
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Mais um exemplo da função apotropaica da cruz. Este situa-se na portada de uma casa agrícola da aldeia de Misquel. Tal como no caso da aldeia de Pereiros, também aqui um motivo cruciforme de tipologia latina adorna a cumeeira da porta de principal de acesso à rua. É um modelo simples de pequena dimensão assente sobre plinto paralelepípedo ladeada por dois pináculos triangulares encimados por decorações em forma de esfera.

LATITUDE 41. 231749 | LONGITUDE -7. 348739





IGREJA DE PARAMBOS

FREGUESIA ■ Parambos
LUGAR ■ Parambos
CRONOLOGIA ■ Século XVIII

15



No adro da Igreja Paroquial de Parambos erguem-se três cruzeiros que provavelmente integravam uma antiga via-sacra. Atualmente, dois dos exemplares ladeiam a porta da fachada frontal do atual templo e um terceiro encontra-se na fachada posterior.

Os cruzeiros que ladeiam o portal são de feição idêntica e possuem inscrição gravada no plinto. Inscrição patente no cruzeiro situado no lado esquerdo: *HE DVI-CV / ODOR / ANTO D / SOVZA*; Inscrição do cruzeiro situado no lado direito: *DO PA / DREIO / AO DE / LIMA*.

Estes dois cruzeiros são compostos por cruz latina rematada em degraus nas extremidades. Os fustes assentam em plintos paralelepípedicos sobre base retangular, onde está gravada a data de 1753. Rente à parede da fachada posterior existe um terceiro de contornos semelhantes, mas sem inscrição.

A verga do portal axial tem também a seguinte inscrição: “*ESTA IGREJA REEOR-MOVSE NO A. DE 1749 / SENDO PAVO O DOVANTO DE SOVZA PINTO*”, surgindo a data com um triângulo em vez do número quatro¹. É provável que a seguir a esta reformulação se tenha aqui edificado um conjunto de cruzeiros para formar uma via-Sacra, entretanto desaparecida na sua totalidade, ficando os exemplares atualmente existentes como os últimos vestígios dessa antiga manifestação religiosa.

¹ Igreja Paroquial de Parambos / Igreja de São Bartolomeu, disponível em http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=18855, data da consulta a 08-08.2022.



LATITUDE 41. 237142 | LONGITUDE -7. 361139



CRUZEIRO DE CODEÇAIS

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Codeçais
CRONOLOGIA ■ Século XIX (1863)

16



Cruzeiro colocado no largo principal da pequena aldeia de Codeçais, ergue-se como um exemplar profusamente decorado e com pormenores dignos de realce. É um dos mais belos cruzeiros do concelho, implantando-se imponentemente a partir de uma plataforma quadrangular gradeada composta por quatro degraus que servem de sustentáculo a um pedestal formado por base, cornija e decoração geométrica em incisão. Segue-se um fuste cilíndrico sob base trabalhada. No centro, uma cartela com inscrição indica que o cruzeiro é dedicado ao Senhor dos Aflitos e foi construído no ano de 1863. Acima da inscrição, um capitel de gosto clássico serve de base a um conjunto formado por “mísula”, globo decorado com motivos geométricos e um crucifixo. Aqui a figura de Cristo revela uma desarmonia na escala se compararmos o tamanho do corpo com o tamanho da cabeça. Os pormenores constituídos pelo pano, pelos cravos que o fixam pelas mãos e pelos pés ao madeiro, assim como a restante estrutura corporal e óssea, levam-nos a considerar que esta peça foi concebida por um artifice e não por um escultor, dado o realismo de tipo *naïf* representado. Sob o topo, uma outra cartela de menores dimensões serve de remate à haste vertical da cruz e contém as iniciais “*INRI*” (*Iēsus Nazarēnus, Rēx Iūdaeōrum*), Jesus Nazareno Rei dos Judeus.



LATITUDE 41. 330202 | LONGITUDE -7. 313835





CRUZEIRO DE PEREIOS

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Pereiros
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

17



Cruzeiro de aspeto arcaico composto por cruz latina sobre plinto ornado com cornija biselada e duas almofadas retangulares. Situa-se num dos pontos mais elevados da aldeia de Pereiros, podendo constituir o último vestígio de uma antiga via-sacra. Algumas reminiscências da importância religiosa deste monumento estão associadas à memória de uma procissão realizada no tempo Padre Valentim. A procissão do Senhor dos Passos, assim designada, vinha culminar neste cruzeiro, onde o referido pároco proferia um sermão para toda a comunidade.

LATITUDE 41. 315682 | LONGITUDE -7. 299093



CRUZ DA FONTE PÚBLICA DE PEREIOS

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Pereiros (Fonte Pública)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

18



Possui um sentido apotropaico com o significado de purificação da estrutura central do quotidiano de uma aldeia: a nascente de água. Esta cruz surge sobre a cumeeira da parede frontal da antiga fonte de abastecimento de água da população de Pereiros. Trata-se de um exemplar simples, de tipologia latina assente sobre plinto trabalhado com um adelgaçamento da zona central. O conjunto constituído pela fonte e pela cruz é de granito de talhe e construção antigos.

LATITUDE 41. 315112 | LONGITUDE -7. 298879



CRUZ DE PORTAL EM PEREIOS

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Pereiros
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

19



Exemplo ilustrativo da função apotropaica da cruz. A cruz, como já referido no texto introdutório a este inventário, funciona fora dos espaços sagrados como elemento de proteção contra ares maléficas causadores de desgraça. Neste caso, um exemplar de tipologia latina adorna a cumeeira da porta de entrada de uma casa agrícola situada dentro do perímetro urbano da aldeia de Pereiros. Trata-se de um modelo de pequena dimensão com rebordos alteados assente sobre plinto com moldura obtida por rebaixamento cinzelado. Foi ladeada por dois pináculos triangulares. O conjunto é todo de granito.

LATITUDE 41. 316442 | LONGITUDE -7. 298415



CRUZEIRO DE SEIXO DE ANSIÃES 1

FREGUESIA ■ Seixo de Ansiães
LUGAR ■ Seixo de Ansiães, saída para Beira Grande
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

20



À beira da estrada M632-3, que liga Seixo de Ansiães à Beira Grande, sobre uma plataforma calcetada em paralelo, ergue-se um pequeno cruzeiro. Este compõe-se por um degrau seguido de plinto de contornos barrocos. Sobre o plinto uma terminação em forma de cornija serve de assento a um fuste de quatro faces com arestas invertidas. Os braços da cruz rematam em ornamentos florais.

LATITUDE 41. 186962 | LONGITUDE -7. 268224





CRUZEIRO DE SEIXO DE ANSIÃES 2

FREGUESIA ■ Seixo de Ansiães
LUGAR ■ Seixo de Ansiães
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

21



Possui um degrau para assentamento do plinto de contornos barrocos e uma terminação em forma de cornija onde assenta um fuste de quatro faces com arestas invertidas. Os braços da cruz rematam em ornamentos florais. A única diferença relativamente ao outro exemplar existente na aldeia reside na presença de duas inscrições situadas na base do plinto, já muito erodidas e sem condições para uma leitura à vista desarmada, necessitando as mesmas de um levantamento epigráfico para que seja feita uma leitura correta. Dada a presença da inscrição, poderemos colocar a hipótese de se tratar de um cruzeiro comemorativo.

LATITUDE 41.191778 | LONGITUDE -7.265336



CRUZEIRO DE AREIAS

FREGUESIA ■ U.F. de Amedo e Zedes
LUGAR ■ Areias
CRONOLOGIA ■ Século XXI

22



É um exemplar recente colocado no centro de uma rotunda que se situa em frente do cemitério da aldeia de Areias. Construído em granito, sem quaisquer decorações, documenta a preocupação ainda presente destas comunidades rurais em continuar a sacralizar os espaços públicos. Neste caso, a iniciativa que levou à sua construção deve ter como sustentáculo a proximidade do cemitério.

LATITUDE 41.275852 | LONGITUDE -7.322633



CRUZEIRO DE AMEDO

FREGUESIA ■ U.F. de Amedo e Zedes
LUGAR ■ Amedo
CRONOLOGIA ■ Século XVIII (?)

23



É um dos exemplares mais conhecidos do concelho, revelando uma tipologia pouco usual neste território. Trata-se de um cruzeiro antigo, mas sem qualquer epigrafe que revele a sua cronologia. É composto por dupla face. Na parte frontal revela num painel de azulejo recente a representação de N.ª Sr.ª da Conceição e um pouco mais abaixo um pequeno nicho com a imagem de Nossa Senhora com o Menino ao Colo. Na parte posterior apresenta um crucifixo em bronze. A cruz, de tipologia latina com remates trevolados e rebordos alteados, assenta num plinto simples gradeado e com uma forma aproximadamente cúbica.

LATITUDE 41.257521 | LONGITUDE -7.324088



CRUZ DA PRANHEIRA

FREGUESIA ■ U.F. de Amedo e Zedes
LUGAR ■ Amedo
CRONOLOGIA ■ Século XX

24



É uma cruz de ferro, obra de um ferreiro conhecido na vila de Carrazeda de Ansiães. Trata-se de uma obra perfeitamente identificada, quer no que diz respeito a quem a fez, quer no que se refere a quem a mandou fazer. Duas inscrições identificam o artífice e o benemérito:
 “Em 1968 o Sr. José Joaquim dos Santos mandou construir esta cruz. Amedo”.
 “O construtor foi o Sr. António da Silva Carrazeda 14.12.1968”.

LATITUDE 41.253802 | LONGITUDE -7.318532





NICHO DA FONTE DE AMEDO

FREGUESIA ■ U.F. de Amedo e Zedes
LUGAR ■ Amedo
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

25



A fonte pública do Amedo é um interessante monumento comunitário que por certo funcionou durante muito tempo como um centro aglutinador da sociabilidade desta pequena localidade. As fontes eram no contexto rural dos séculos passados locais de primordial importância, porque a água sempre foi vital para a vida de pessoas e animais. São obras do esforço comunitário que serviam as populações para a alimentação, para matar a sede e para a higiene pessoal. Nesse contexto, tornou-se necessário sacralizar estes locais com símbolos cristãos, atribuindo-lhes um sentido purificado, através da cruz ou de imagens de santos, como acontece neste caso particular de Amedo.

LATITUDE 41. 258535 | LONGITUDE -7. 324413



CRUZEIRO DE ZEDES

FREGUESIA ■ U.F. de Amedo e Zedes
LUGAR ■ Zedes
CRONOLOGIA ■ Século XXI

26



Cruzeiro simples, de granito e construção recente. Situa-se sobre uma escadaria ladeada por paredes. Trata-se de uma cruz latina assente sobre base de contornos quadrangulares. Tem como principal função a sacralização de um espaço onde convergem três caminhos ou ruas. É provável que o atual exemplar tenha substituído uma peça mais antiga, ou tenha aqui sido colocado por referência a alguma memória da comunidade.

LATITUDE 41. 278731 | LONGITUDE -7. 302781



CALVÁRIO DE ZEDES

FREGUESIA ■ U.F. de Amedo e Zedes
LUGAR ■ Amedo
CRONOLOGIA ■ Século XXI

27



O Calvário de Zedes é uma construção recente composta por 3 cruces de granito. Esta obra foi inaugurada no ano de 2011, mas o topónimo que assinala o local é uma designação muito antiga, onde provavelmente terá existido uma estruturação de cruzeiros em associação com uma possível via-sacra. Na parede lateral da Estrada M628, frente ao solar da família Barbosa, encontram-se umas pequenas placas de formato quadrado para assinalar as estações da via-sacra. É possível que este percurso, em tempos remotos, fosse marcado por um conjunto de cruzeiros, hoje completamente desaparecidos, mas que se espaçariam entre a igreja do povoado e o monte designado por Calvário.

LATITUDE 41. 281833 | LONGITUDE -7. 304622



CRUZ DE BELVER

FREGUESIA ■ U. F. de Belver e Mogo de Malta
LUGAR ■ Belver
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

28



Cruz de granito de tipologia latina muito simplificada. Trata-se de um exemplar de pequena dimensão colocado à beirna de um antigo caminho pedonal, próximo do cruzeiro de Belver. Poderá assinalar o local onde uma pessoa faleceu. Tentamos encontrar algumas referências memoriais que justificassem a presença neste local da pequena peça, mas não logramos qualquer sucesso.

LATITUDE 41. 256581 | LONGITUDE -7. 276973





CRUZEIRO DE MOGO DE ANSIÃES

FREGUESIA ■ U. F. de Belver e Mogo de Malta
LUGAR ■ Mogo de Ansiães
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

29



Um dos mais belos cruzeiros do concelho de Carrazeda de Ansiães situa-se à beira da EN 214, na aldeia de Mogo de Ansiães. Trata-se de um exemplar de granito profusamente trabalhado e decorado. O cruzeiro está protegido por um gradeamento e compõe-se por uma base trabalhada por um entalhamento formado por motivos geométricos. Sobre este degrau ou base ergue-se um plinto retangular almofadado que serve de encaixe ao fuste da cruz que possui os remates trevolados. A centralizar o fuste, um escudo com bordadura em cordão dá início a uma gramática decorativa baseada nos símbolos da Paixão de Cristo.

Imediatamente a seguir a esse escudo está gravada uma escada, que aqui poderá ser interpretada como símbolo da ascensão, ou como um elo de ligação entre a terra e o Céu. Um pouco mais acima, sobre o lado esquerdo surge um martelo, símbolo associado à dor que Jesus sofreu quando foi crucificado, e sobre o lado direito foi gravada em alto relevo uma torquês, instrumento utilizado para remover os cravos que prenderam Jesus ao madeiro durante o seu martírio. Tanto a torquês como o martelo são aqui tratados como símbolos heráldicos ou armas de Cristo, enquanto atributos da Paixão e da Morte, mas também enquanto símbolos da Libertação e da Vida.



LATITUDE 41. 262352 | LONGITUDE -7. 263706



CRUZEIRO DE BELVER

FREGUESIA ■ U. F. de Belver e Mogo de Malta
LUGAR ■ Belver
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

30



Implanta-se no cruzamento de antigos caminhos. Pode tratar-se de um cruzeiro de cronologia antiga para delimitação territorial. Possui cruz latina simples assente sobre um plinto cúbico com decoração em três das suas quatro faces. Na face frontal revela-se uma incisão em forma octangular, a que se seguem mais duas faces decoradas, uma com um motivo em forma de nicho e a outra com um losango. O conjunto, todo de granito, estrutura-se a partir de uma base composta por três degraus.

LATITUDE 41. 256404 | LONGITUDE -7. 276852



CRUZEIRO DE CASTANHEIRO DO NORTE

FREGUESIA ■ U. F. Castanheiro e Ribalonga
LUGAR ■ Castanheiro do Norte
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

31



Belo exemplar localizado no centro da aldeia de Castanheiro do Norte. Assenta numa plataforma estruturada em 3 degraus e compõe-se por plinto decorado por formas geométricas que rematam numa cornija pouco saliente. A cruz compõe-se por um fuste emoldurado de quatro faces decoradas por um rebordo alteado onde se inscrevem motivos em alto relevo de configuração vegetalista. Os braços possuem remates trevolados, ornatos florais e círculos concêntricos, filiados numa gramática decorativa muito próxima do barroco.

LATITUDE 41. 234002 | LONGITUDE -7. 38510





VIA-SACRA SENHORA DA BOA MORTE

FREGUESIA ■ U. F. Castanheiro e Ribalonga
LUGAR ■ Santuário de Senhora da Boa Morte
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

32



No pequeno santuário de N.ª Sr.ª da Boa Morte, no sentido de Castanheiro para Tralhariz, levantam-se 11 pequenos cruzeiros de tipologia muito simples, para formarem uma via-sacra. Os exemplares distribuem-se pela berma de uma dupla via, separada por murete, que serve de acesso ao santuário. No adro da capela está o exemplar de maior interesse plástico, embora se encontre já sem um dos braços da cruz. Este exemplar possui um plinto paralelepípedo decorado e um soco onde encaixa uma cruz moldurada por rebordos alteados. Num dos casos, a cruz já não existe, permanecendo *in situ* apenas o respetivo pedestal ou plinto.

LATITUDE 41. 231449 | LONGITUDE -7. 393619



“VIA-SACRA” CAPELA DE TRALHARIZ

FREGUESIA ■ U. F. Castanheiro e Ribalonga
LUGAR ■ Tralhariz
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

33



Entre a estrada asfaltada que corre na coroa da aldeia de Tralhariz e a Capela do Bom Jesus, situada no Monte das Chãs, existe um antigo caminho lajeado onde se observam pequenos marcos constituídos por pedras colocadas ao alto. Estas pedras estão organizadas de forma espaçada e sequencial, cobrindo todo o percurso que vai da estrada até ao topo monte onde se implanta a antiga capela. Frente a esta observa-se um pequeno plinto com orifício para encaixe de uma possível cruz. Embora não subsistam quaisquer indícios memoriais que associem estes vestígios pétreos à existência de uma via-sacra, essa hipótese, perante as realidades materiais observadas, não poderá ser considerada completamente despropositada.

LATITUDE 41. 234596 | LONGITUDE -7. 405403



CRUZEIRO DA ALDEIA DE BEIRA GRANDE

FREGUESIA ■ U. F. Lavandeira, Beira Grande e Selores
LUGAR ■ Beira Grande
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

34



Cruzeiro simples colocado à berma da estreita Rua das Cangas, no centro da aldeia de Beira Grande. A base constitui-se por um penedo onde encaixa o fuste deste cruzeiro de secção lisa e contornos simplistas.

LATITUDE 41. 184937 | LONGITUDE -7. 279243



CRUZ DE BEIRA GRANDE

FREGUESIA ■ U. F. Lavandeira, Beira Grande e Selores
LUGAR ■ Beira Grande
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

35



A pequena cruz levanta-se à berma da Rua do Geraldo, rua central da aldeia de Beira Grande. Mais uma vez, parece existir uma relação entre a presença da cruz e a água, já que este exemplar se implanta junto de uma nascente da localidade. Trata-se de uma cruz simplista de tipo latina assente sobre uma estrutura semi-circular de construção ou restauro recente.

LATITUDE 41. 183619 | LONGITUDE -7. 279243





CRUZEIRO ROTA DO DOURO

FREGUESIA ■ U. F. Lavandeira, Beira Grande e Selores
LUGAR ■ Beira Grande
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

36



À beirada da estrada que liga Beira Grande ao rio Douro (também designada Rota do Douro) situa-se um bem dimensionado cruzeiro assente numa plataforma composta por três degraus estruturados de granito a que se segue um plinto de forma cúbica também de granito, mas com uma intervenção de obra de consolidação com cimento ocorrida no ano de 1967. A cruz compõe-se de quatro faces de rebordos altos, criando uma secção emoldurada.

LATITUDE 41.170138 | LONGITUDE -7.292126



CRUZEIRO DE VILARINHO DA CASTANHEIRA

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Vilarinho da Castanheira
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

37



Informaram-nos que em algumas circunstâncias este cruzeiro era contornado pelas procissões e outras manifestações de fé realizadas na aldeia. Trata-se de uma peça simples, e embora não possamos dispor de nenhum elemento para a sua datação, deverá ser um cruzeiro antigo, provavelmente do século XIX ou mesmo mais antigo. Compõe-se por uma escadaria estruturada a seco, onde assenta uma base quadrangular, seguida de pedestal de cornija em toro para assentamento de uma cruz latina com terminações piramidais. Encontra-se colocado num cruzamento de caminhos.

LATITUDE 41.209808 | LONGITUDE -7.216731



VIA-SACRA DE VILARINHO DA CASTANHEIRA

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Vilarinho da Castanheira
CRONOLOGIA ■ Século XIX (?)

38



Na aldeia de Vilarinho da Castanheira existem 5 nichos de tipologia rigorosamente semelhante que integram uma via-sacra com término num calvário embutido num muro lateral de um arruamento da antiga vila medieval. Os nichos distribuem-se ao longo de diferentes ruas criando uma versão simplificada do caminho de Jesus desde o Pretório até ao Monte Calvário. Este exercício tem lugar na época da Quaresma e constitui uma versão simplificada da Paixão de Cristo. Cada um dos nichos pretende representar simbolicamente as diferentes estações do Senhor dos Passos.

O percurso começa e acaba nos edificadros que se encontram mais próximos da Igreja Matriz de Vilarinho da Castanheira, criando um percurso giratório. Cada nicho obedece a um desenho reproduzido em réplica e compõe-se, essencialmente, por uma base sólida de granito onde se abre uma edícula quadrangular delimitada por rústicas e pouco pronunciadas pilastras. Sob um remate em cornija assenta uma cruz central com peanha trabalhada em forma de ampulheta. A ladear este símbolo cristão surgem dois pináculos triangulares. Os interiores dos nichos não possuem atualmente quaisquer vestígios de reboco, mas é possível que este tivesse existido, ou então uma qualquer estrutura de madeira para suporte de pinturas alusivas à representação de cenas da Paixão de Cristo.

O Calvário de Vilarinho da Castanheira sai fora de todos os modelos conhecidos no concelho e na região. Constitui-se por um grande nicho ornado com frontaria em arco de volta perfeita e ladeado por duas pilastras entalhadas em incisão e com bases e capiteis simples e retilíneos. Acima do portal, que se encontra protegido e fechado por portada de ferro, esboça-se um frontão triangular em duas águas, coroado por pináculos laterais trabalhados e uma cruz latina a centralizar todo o conjunto.





CRUZEIRO DO CHOUSINHO

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Pinhal do Douro
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

39



Cruzeiro simples de configuração arcaica e secção retangular assente sob base circular. Trata-se de uma peça assente sob um afloramento granítico situado na berm de um antigo caminho pedonal empedrado que ligava a aldeia de Pinhal do Douro à margem direita do rio Douro. Embora não possamos dispor de nenhum elemento para a sua datação, deverá ser um cruzeiro antigo.

LATITUDE 41.167098 | LONGITUDE -7.226319



CRUZEIRO DOS TANQUES PÚBLICOS

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Pinhal do Douro
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

40



À semelhança do Cruzeiro da Rua do Chousinho, também este cruzeiro se apresenta com uma configuração simples e secção retangular assente sob base circular. Mas neste caso parece de construção mais recente, podendo trata-se de uma cópia ou réplica do cruzeiro mais antigo. Situa-se junto dos lavadouros públicos de Pinhal do Douro e foi também colocado sob um batólito granítico que emerge destacadamente num pequeno largo que antecede os lavadouros públicos.

LATITUDE 41.164519 | LONGITUDE -7.225171





Inventário

Alminhas e Nichos
(Carrazeda de Ansiães)





ALMINHAS DA SAMORINHA

FREGUESIA ■ Carrazeda de Ansiães
LUGAR ■ Samorinha
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

41



Na saída norte da aldeia de Samorinha, sobre um enorme batólito granítico foi colocado um painel de azulejos com umas alminhas. Neste quadro está inscrita a mesma mensagem pictórica que é comum a estas manifestações da religiosidade popular. Sobre a parte superior surge o crucifixo, ladeado por dois anjos e a emergirem das chamas as almas que padecem pelos seus pecados na vida terrena, num processo de purificação onde sobressai a mensagem: *VÓS QUE IDES PASSANDO / LEMBRAIVOS DOS QUE ESTÃO PENANDO*. Na parte inferior do batólito granítico foi colocada uma caixa de esmolas para recolher fundos que permitam a celebração de missas de intenção às Almas do Purgatório.

LATITUDE 41. 260807 | LONGITUDE -7. 301234



ALMINHAS DE LINHARES

FREGUESIA ■ Linhares
LUGAR ■ Linhares
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

43



Na parede granítica que ladeia o caminho de acesso à Igreja Matriz de Linhares encontra-se embutido um nicho com umas alminhas. Este constitui-se por uma base simples de onde arrancam duas pilastras de suporte a um arco de volta pouco pronunciada. Sobre este arco surgem dois pináculos triangulares que centralizam uma pequena cruz de tipo latina. Nos azulejos figuram num plano superior N.ª Sr.ª do Carmo, ladeada, num plano ligeiramente inferior, por dois anjos que ajudam a retirar as Almas do Purgatório. Num plano anterior às chamas, enquadrando o sacrifício expiatório, emerge a figura de Jesus Cristo em bênção redentora.

LATITUDE 41. 203975 | LONGITUDE -7. 361108



ALMINHAS DE FONTELONGA

FREGUESIA ■ Fontelonga
LUGAR ■ Fontelonga (Estrada de Besteiros)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

42



Cerca de 300 metros do Cruzeiro de Fontelonga, no sentido da pequena aldeia de Besteiros, à berma da CM1142, fomos encontrar umas alminhas derrubadas e provavelmente já fora do local original. Estas alterações poderão ter ocorrido na altura em que se procedeu à beneficiação da via. Num batólito solto, derrubado na margem desta estrada, permanece um nicho para encaixe de pintura sobre retábulo. Do lado esquerdo, inscrito no granito, consegue-se ainda perceber a presença das letras CF, provavelmente indicadoras das iniciais do nome de quem as mandou encomendar ou do nome da pessoa que nesse lugar poderá ter falecido.

LATITUDE 41. 226581 | LONGITUDE -7. 264234



ALMINHAS DA CAPELA DE SANTO ANDRÉ

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Pereiros (Capela de Santo André)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

44



Localiza-se numa das paredes laterais da Capela de Santo André, na aldeia de Pereiros. É um dos mais curiosos painéis alusivos às alminhas do Purgatório no concelho de Carrazeda de Ansiães, por chamar a atenção para o papel das missas de sufrágio em nome individual na missão libertadora das almas. O quadro, todo em azul-cobalto, representa a figura de Jesus Cristo e de um Padre que exerce o ritual da comunhão no ato de oferecimento da hóstia. Abaixo do altar uma pessoa permanece de joelhos em pose de oração. O quadro é completado por dois anjos que libertam as almas de entre o fogo do Purgatório. Numa inscrição lê-se: *É O SANTO SACRIFÍCIO DA MISSA / O SUFRÁGIO [POR?] [EX?]CELENCIA DAS / BENDITAS ALMAS DO PURGATÓRIO*. O painel encontra-se assinado pela Cerâmica Nun'Álvares do Porto.

LATITUDE 41. 316802 | LONGITUDE -7. 299327





ALMINHAS DE PEREIOS

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Pereiros
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

45



Sobre um enorme batólito granítico, à face da Rua 25 de Abril, nas proximidades do edifício da junta de freguesia, implantaram umas alminhas num bloco granítico retangular onde se abre, sobre a parte superior, um nicho com um arco de volta perfeita. Dentro desse nicho um painel de azulejos tem como figuras principais Cristo crucificado e num plano inferior dois anjos resgatam as Almas do Purgatório. Acima do nicho, uma cruz latina inscrita num círculo remata o conjunto.

LATITUDE 41. 314877 | LONGITUDE -7. 299713



ALMINHAS DE CODEÇÃIS

FREGUESIA ■ Pereiros
LUGAR ■ Codeçais
CRONOLOGIA ■ Século XX (1983)

46



Alminhas de fundação recente, a acreditar pela data de 1983 que aí está inscrita. Compõem-se por um bloco retangular onde emerge uma dupla almofada de cantos talhados em redondo. A almofada de primeiro plano serve para inserir um painel de azulejos com a representação de N.ª Sr.ª do Carmo. Tal com em outras representações similares, a figura da santa surge num plano superior, sendo ladeada num plano inferior por dois anjos que ajudam ao resgate das Almas do Purgatório. O conjunto é coroado por uma cruz de tipologia latina.

LATITUDE 41. 330527 | LONGITUDE -7. 315453



ALMINHAS DE PINHAL DO NORTE

FREGUESIA ■ Pinhal do Norte
LUGAR ■ Pinhal do Norte
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

47



Sobre uma parede divisória de propriedade, num dos arruamentos da aldeia de Pinhal do Norte, encontra-se uma antiga estrutura composta por um bloco retangular onde se abre um nicho resguardado por uma porta envidraçada que protege, na atualidade, um quadro representando a presença salvadora de Jesus Cristo e, um pouco abaixo, uma pequena imagem em representação de S. José. Segundo alguns depoimentos locais, há alguns anos, foram roubadas deste nicho umas alminhas de madeira feitas por António Catarino, um artesão de reputada mestria que ficou conhecido como o Santeiro do Pinhal. Imediatamente acima do nicho, uma mesa granítica serve de assento a uma cruz latina.

LATITUDE 41. 298282 | LONGITUDE -7. 341728



NICHO DA BRUNHEDA

FREGUESIA ■ Pinhal do Norte
LUGAR ■ Brunheda
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

48



Não se trata propriamente de umas alminhas, mas antes de um nicho com a representação de Jesus Cristo crucificado (Crucifixo). Um grande batólito granítico em forma de coração, situado à face de um antigo caminho empedrado, serviu de base à expressão do canteiro ao definir um nicho rebordado com arco de volta perfeita e mesa saliente ladeada por duas "misulas" para colocação de pequenos vasos florais, velas ou candeias. Todos os constituintes foram escavados diretamente na rocha, sobressaindo do nicho envidraçado a pequena imagem pintada de um crucifixo com a sigla *I.N.R.I* (*Jesus Nazareus, Rex Iudaeorum* – Jesus de Nazaré Rei dos Judeus).

LATITUDE 41. 324160 | LONGITUDE -7. 349263





ALMINHAS DO POMBAL

FREGUESIA ■ Pombal
LUGAR ■ EM628 que liga Pombal a São Lourenço
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

49



Num pequeno largo situada à margem da EM628 que liga Pombal a São Lourenço, estão localizadas umas alminhas em painel de azulejos, decoradas com o crucifixo, anjos e as Almas do Purgatório entre o fogo. Os azulejos são o elemento mais recente dentro do conjunto formado por um bloco granítico retangular, a que se segue uma cornija e uma cruz latina. Quer na zona onde foram colocados os azulejos, quer ao centro do bloco que serve de base, existem dois encaixes onde provavelmente estariam inseridos quadros com pinturas mais antigas. Na parte posterior do bloco granítico existe um terceiro entalhe.

LATITUDE 41. 287278 | LONGITUDE -7. 358359



ALMINHAS DE PARADELA

FREGUESIA ■ Pombal
LUGAR ■ Paradela
CRONOLOGIA ■ Século XVIII

50



Composição granítica formada por base e um plinto datado de 1793, seguido por uma mesa para assentamento de um nicho com a imagem de N.ª Sr.ª da Saúde, também datado, mas de 1993. Todo o conjunto é coroado por uma cruz latina. Este nicho de Paradela é muito curioso e resulta, por certo, de uma reorganização estrutural de um monumento de alminhas muito mais antigo. O conjunto atual deve ter sido reaproveitado a partir de elementos que estruturavam umas alminhas com uma edificação atribuível a finais do século XVIII. A transformação em um nicho dedicado a N.ª Sr.ª da Saúde ocorreu dois séculos mais tarde, tendo como argumento as possíveis deduções que poderão ser retiradas dos dados cronológicos que aqui se encontram inscritos.

LATITUDE 41. 268556 | LONGITUDE -7. 358508



ALMINHAS DE SEIXO DE ANSIÃES

FREGUESIA ■ Seixo de Ansiães
LUGAR ■ Rua do Loureiro
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

51



Trata-se do exemplar concelhio com o talhe e os pormenores arquitetónicos mais elaborados. A composição tem por base uma mesa de onde arrancam duas pequenas pilastras compostas por soco e capitel que delimitam lateralmente o nicho. Os pequenos capiteis servem de descarga a um frontispício onde se inscreve um arco ligeiramente abatido e acima deste uma cornija moldurada e saliente. O conjunto é rematado por dois pináculos triangulares que centralizam e enquadram um motivo piramidal coroado com a Cruz de Cristo. No topo superior, uma faixa pétrea arqueada e saliente fecha toda a composição granítica. No interior do nicho é ainda possível detetar vestígios residuais de antigas pinturas.

LATITUDE 41. 187982 | LONGITUDE -7. 267234



ALMINHAS DE SEIXO DE ANSIÃES

FREGUESIA ■ Seixo de Ansiães
LUGAR ■ Rua do Valado
CRONOLOGIA ■ Indeterminado

52



Estas alminhas encontram-se inseridas num muro que forma a interceção da Rua do Valado com a Estrada M632, à entrada da aldeia de Seixo de Ansiães para quem vem da beira Douro. Num bloco retangular rematado em cornija com uma configuração de arco abatido, entalhou-se um nicho sobre uma mesa ligeiramente saliente. No interior dessa pequenissima edícula, protegida por portada de ferro, um painel de azulejos reproduz a imagem de Cristo crucificado e num plano inferior três anjos resgatam as almas de entre o fogo do Purgatório. Na base do painel uma inscrição assinala: *PIEDOSÍSSIMO SENHOR JESUS / DAI-LHES O DESCANSO/ SEMPITERNO AMEN*

LATITUDE 41. 187740 | LONGITUDE -7. 265514





ALMINHAS DE SEIXO DE ANSIÃES

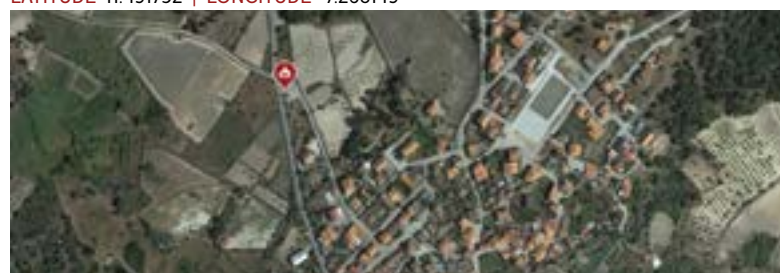
53

FREGUESIA ■ Seixo de Ansiães
LUGAR ■ Entrada da aldeia (sentido Selores Seixo de Ansiães)
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



À entrada da aldeia de Seixo de Ansiães, num pequeno largo que fica na bermã da Estrada M632, no sentido de Selores, pode ser encontrado um nicho cuja cronologia parece recente. Um degrau serve de assento a um enorme pedestal granítico consolidado com liga de cimento. Sobre este, três degraus antecipam um nicho que remata em frontão triangular. No interior apenas a presença de N.ª Sr.ª dos Caminhos.

LATITUDE 41.191752 | LONGITUDE -7.268149



ALMINHAS DE AMEDO

55

FREGUESIA ■ U. F. Amedo e Zedes
LUGAR ■ Amedo
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Trata-se de uma estrutura granítica, modestamente trabalhada e encimada por uma cruz de ferro. Poderá ter servido para fazer enquadramento de umas antigas alminhas, mas atualmente, no seu hipotético lugar, apenas se observa um painel de azulejos com a representação de N.ª Sr.ª da Conceição.

LATITUDE 41.254721 | LONGITUDE -7.320915



ALMINHAS DE ZEDES

54

FREGUESIA ■ U. F. Amedo e Zedes
LUGAR ■ Zedes
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Uma parede de rebordos lineares enquadra todo o cenário onde se dispõem os vários elementos pétreos constituintes destas alminhas. O conjunto granítico integra uma plataforma base a que se segue um plinto em forma paralelepípedica para assentamento de uma placa retangular coroada por cruz latina. Esta serve de suporte a um painel de azulejos com a exposição de Jesus Cristo crucificado e as Almas do Purgatório ladeadas por dois anjos. O quadro é contornado por uma cercadura em azul-cobalto e possui a inscrição: *VÓS, QUE IDES PASSANDO, LEMBRAI-VOS DOS QUE ESTÃO PENANDO*. Lateralmente, sobre o plinto e o chão estão distribuídos dois vasos florais de granito.

LATITUDE 41.284458 | LONGITUDE -7.302944



NICHO DE AREIAS

56

FREGUESIA ■ U. F. Amedo e Zedes
LUGAR ■ Areias
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Uma estrutura de granito de geometria semi-trapeziforme enquadra um painel de azulejos representando a aparição de N.ª Sr.ª de Fátima aos pastorinhos. O painel de azulejos surge acima de uma pequena mesa de granito incrustada diretamente na parede, funcionando como suporte de um vaso para colocação de ramos de flores. O conjunto é recente, mas muito mais antigo do que os modernos nichos que nos últimos anos têm proliferado pelas aldeias. Sobre o lado esquerdo ergue-se uma cruz simples de ferro.

LATITUDE 41.276077 | LONGITUDE -7.325726





ALMINHAS DE MOGO DE MALTA

57

FREGUESIA ■ U. F. Belver e Mogo de Malta
LUGAR ■ Mogo de Malta
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Estas alminhas situam-se sobre uma parede que serve de berma à Rua Dr. João Trigo Moutinho, via que dá acesso ao norte da aldeia de Mogo de Malta. Estruturalmente, compõe-se por uma base de granito de onde arranca o batólito que contém um nicho preenchido com azulejos em azul-cobalto com a representação de Cristo crucificado e das Alminhas do Purgatório entre as chamas. A partir da parte superior do nicho arranca uma cruz que preenche o restante espaço da composição granítica.

LATITUDE 41. 268382 | LONGITUDE -7. 255838



ALMINHAS DE MOGO DE ANSIÃES

59

FREGUESIA ■ U. F. Belver e Mogo de Malta
LUGAR ■ Mogo de Ansiães
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Coluna granítica de configuração estreita e retangular, mas de grande elegância estética, serve de suporte a um nicho de talhe simples, com arco em volta perfeita coroado com uma cruz de tipologia latina. A atual ocorrência evidencia um reaproveitamento de umas antigas alminhas, estando na atualidade apenas presente um crucifixo, de cronologia posterior e revelador de um talhe *naif*. Trata-se de umas alminhas de aspeto declaradamente antigo, podendo colocar-se a hipótese de as antigas pinturas terem sido inscritas directamente sobre a técnica de fresco.

LATITUDE 41. 263620 | LONGITUDE -7. 261400



ALMINHAS LAJES DO MEDO

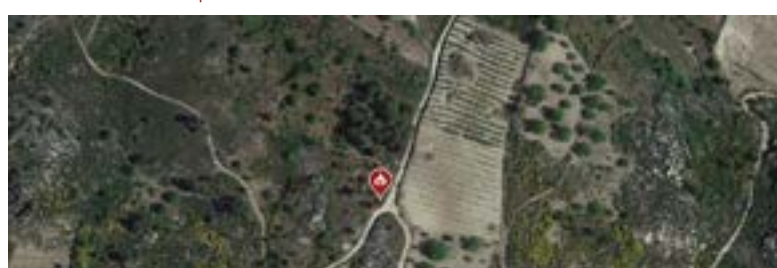
58

FREGUESIA ■ U. F. Belver e Mogo de Malta
LUGAR ■ Mogo de Malta
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



É, seguramente, um dos exemplares mais antigos do concelho. Atualmente os vestígios existentes são muito residuais e dizem apenas respeito a um nicho com arco de volta perfeita escavado num enorme fraguado de granito denominado localmente com o topónimo Lajes do Medo. Nesse nicho poderá ter existido um suporte de material desconhecido, provavelmente madeira, onde estavam representadas umas possíveis alminhas. Atualmente apenas sobrevivem 3 furos que serviram para cravar o painel que, entretanto, desapareceu.

LATITUDE 41. 272549 | LONGITUDE -7. 255155



ALMINHAS DE CASTANHEIRO DO NORTE

60

FREGUESIA ■ U. F. Castanheiro e Ribalonga
LUGAR ■ Castanheiro do Norte
CRONOLOGIA ■ Indeterminada



Estas alminhas situam-se na Travessa de Santo António em Castanheiro do Norte. É uma construção de alvenaria de granito onde se abre um nicho de traçado retangular e protegido por portada de ferro e vidro. O conjunto é encimado por dois pináculos triangulares que centralizam uma cruz de tipologia latina. No interior, num retábulo de madeira, está representada a figura de Santo António a resgatar almas das chamas do Purgatório. É o único exemplar no concelho onde surge a imagem de Santo António, um santo presente em muitos painéis de Alminhas do país, por ser considerado um dos mais importantes intercessores para a salvação das almas.

LATITUDE 41. 233433 | LONGITUDE -7. 380571





ALMINHAS DO BAIRRO DAS LAMEIRAS

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Bairro das Lameiras (Vilarinho da Castanheira)
CRONOLOGIA ■ Século XX (1962)

61



A estrutura, de cimento pintado de branco, é composta por dois degraus de onde arrancam dois colunelos para suporte de cobertura. O painel do azulejo representa as Almas do Purgatório entre o fogo, ladeadas por dois anjos. Na parte superior surge um crucifixo acompanhado pelos símbolos da Paixão de Cristo, como o vaso de bálsamo, pregos, cravos e uma escada, esta última adquire aqui o significado da Ascensão. Possui a inscrição: *COM JESUS PELO MÉRITO DA VOSSA PAIXÃO / E MORTE NA CRUZ, TENDE PIEDADE DE NÓS / E DAS BENDITAS ALMAS DO PURGATÓRIO*. Estas alminhas localizam-se num cruzamento de caminhos.

LATITUDE 41. 201164 | LONGITUDE -7. 217339



ALMINHAS DO LARGO DO CEMITÉRIO

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Vilarinho da Castanheira
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

62



Estruturam-se com um plinto para assentamento de uma laje retangular de granito onde se implanta o painel de azulejos com rebordos decorados com colunelos e ramagens em forma de voluta estilizada. Num plano inferior da narrativa pictórica estão representadas as alminhas do Purgatório em penitência, rodeadas pelo fogo e protegidas por dois anjos. Na parte superior surge um crucifixo acompanhado pelos símbolos da Paixão de Cristo. Possui a inscrição: *COM JESUS PELO MÉRITO DA VOSSA PAIXÃO / E MORTE NA CRUZ, TENDE PIEDADE DE NÓS / E DAS BENDITAS ALMAS DO PURGATÓRIO*.

LATITUDE 41. 200095 | LONGITUDE -7. 212504



ALMINHAS DO ALTO DO COITO

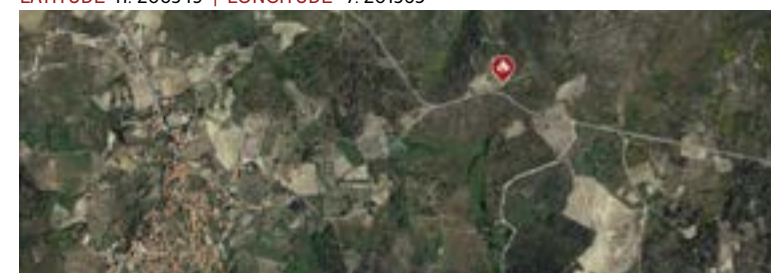
FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Alto do Coito
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

63



Na estrada N324, no sentido da aldeia da Lousa, num local indicado com o topónimo de Alto do Coito, situam-se umas antigas alminhas, presumivelmente ainda no sítio original, que também coincide com um cruzamento de antigos caminhos pedonais. Trata-se de uma peça com semelhanças a uma ara, formada por base, com um corpo central com inserção de nicho e um remate em forma de cornija. Tal como em outros casos similares detetados no concelho de Carrizosa de Ansiães, também aqui já não estão presentes as pinturas, talvez porque o suporte fosse de madeira, material perecível que desaparece facilmente com o fluir do tempo.

LATITUDE 41. 208349 | LONGITUDE -7. 201365



ALMINHAS DE PINHAL DO DOURO

FREGUESIA ■ Vilarinho da Castanheira
LUGAR ■ Pinhal do Douro
CRONOLOGIA ■ Indeterminada

64



À entrada da aldeia de Pinhal do Douro, sob um rochedo granítico colocado á face da entrada da rua imediatamente a seguir à Capela de Santo António, implantam-se umas antigas alminhas que podem ter sido deslocadas do seu sítio original. O conjunto já não possui o suporte da pintura, permanecendo apenas um nicho escavado num bloco aproximadamente retangular acima do qual se ergue uma cruz latina. É provável que as pinturas tivessem sido realizadas sobre madeira, material perecível que acabou por desaparecer. Pode trata-se de um exemplar com alguma antiguidade.

LATITUDE 41. 170687 | LONGITUDE -7. 219852



Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Carlo Alberto Ferreira de (1979) O Culto a Nossa Senhora, no Porto, na Época Moderna. *Perspectiva antropológica. Revista História*, Vol.II. Centro de História, Universidade do Porto.

ALMEIDA, Carlos Abrochado de; GONÇALVES, Mário Carlos Sousa; ALMEIDA, Ana Paula Azevedo Ramos B de (2013) *Fé e Religiosidade Popular em Ponte de Lima, Cruzeiros Vias-Sacras, Nichos e Alminhas*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1981) Território Paroquial no Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização. *Nova Renascença*, 2.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1981) *Território Paroquial No Entre-Douro-e-Minho. Sua Sacralização*. Nova Renascença, 2.

ALVES, Francisco Manuel Alves (2000) *Memórias Arqueológicas-Históricas do Distrito de Bragança. Arqueologia, Etnografia e Arte*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal.

BABO, Francisco de (1956), “Alminhas”: *padrões de Portugal cristão* (4.ª ed.). Ermesinde: Colégio de Ermesinde.

BABO, Francisco de (1954) Património das Almas, Os Nichos das Alminhas das Estradas e Caminhos. *Jornal de Louzada*, 1,2.

BARRANHA, Helena (2016) *Património cultural Conceitos e Critérios Fundamentais*. Lisboa: IST Press e ICOMOS-Portugal, versão E-book.

CABRAL, João de Pina (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva – A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Dom Quixote.

CAMPOS, Maria; CARVALHO, Duarte (2005) *Aspectos da Religiosidade Popular no Distrito de Vila Real*, 1.ª Edição do Centro Cultural Regional de Vila Real.

CARVALHO, Paulo (2011/12) Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes. *Cadernos de Geografia* n.º 30/31: 3-16.

CASA MARTÍNEZ, C. de la; DOMÉNECH ESTEBAN (1983) – *Estelas Medievales de La Provincia de Soria*. Soria

CHAGAS, Maria da Assunção Pinheiro (2014) O Conceito de Património cultural no século XXI: a comunicação social no processo colecionista de arte, *Revista Tritão*, 2: 1-17. Disponível em [http://revistatritao.cm-sintra.pt/images/revista2/Assuncochagas/pdf/](http://revistatritao.cm-sintra.pt/images/revista2/Assuncochagas/pdf/AssuncaoPinheiroChagas-tritao2.pdf)

[AssuncaoPinheiroChagas-tritao2.pdf](http://revistatritao.cm-sintra.pt/images/revista2/Assuncochagas/pdf/AssuncaoPinheiroChagas-tritao2.pdf), data da consulta a 22-06-2022.

CHAVES, Luís (1932) Cruzeiros de Portugal. *Revista Brotéria*, Vol. XIV.

CORREIA, Alberto (1982), *Alminhas. Catálogo de Exposição Temporária*, Assembleia Distrital de Viseu, Viseu.

COSTA, Cláudia Marisa Correia da (2011) *Guia Via Crucis no ‘Deserto Carmelita do Bussaco’*, disponível em https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4078/15/GUIA_ViaCrucis_29.12.2011_ClaudiaCosta.pdf, data de consulta a 23-06-2022.

FONTES, António (2014) *Etnografia Transmontana, Volume I, Crenças e Tradições do Barroso*. Lisboa: Âncora Editora.

FONTES, António (2016) *Etnografia Transmontana, Volume II, O Comunitarismo de Barroso*. Lisboa: Âncora Editora.

GONÇALVES, Flávio (1959) *Os Painéis do purgatório e as Origens da “Alminhas” Populares*. Viana do Castelo.

LE GOFF, Jacques (1995) *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa.

LOPES, Maria Inês Afonso (2016) As pessoas, o tempo longo e as imagens: a devoção e culto das almas do Purgatório em Portugal. *Brathair* 16 (1): 219-241. Disponível em <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1184>, data de consulta 23-04-2022.

MOREIRA, Moreira (2006) O entendimento do Património no contexto local. *Oppidum*, n.º 1: 127-140. Disponível em https://www.cm-lousada.pt/cmlousada/uploads/document/file/246/23_original.pdf, data da consulta a 23-06-2022.

PARENTE, João (2015) *As alminhas na Diocese de Vila Real*. Vila Real: Minerva Transmontana.

PATRÍCIO, António (2016) *Alminhas e Cruzeiros do Concelho de Amarante*. Amarante: Câmara Municipal.

PEREIRA, Ricardo (2007) *Alminhas, cruzeiros e vias-sacras do concelho de Paços de Ferreira: religiosidade e cultura popular*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal.

PINTO, André (2016) *Alminhas e a devoção às almas do Purgatório*. Disponível em https://www.academia.edu/29514329/Alminhas_e_a_devo%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0s_almas_do_Purgat%C3%B3rio_resum, data da consulta a 23-06-2022.

RODRIGUES, Olinda Maria de Jesus (2010) *As Alminhas em Portugal e a Devoção da Memória. Estudo, Recuperação e Conservação*. Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4563>, data de consulta a 28-06-2022.

ROSA, J. Mendes (2001). *Alminhas- Monumentos votivos e cultuais cristãos de inspiração gentílica- Achegas para um estudo*. Fundão: Grafisete, Fundão.

SILVA, Leonel Vieira (2010) *Seminário «Os Cruzeiros de Lousada»*, disponível em <https://arte-patrimonio.blogs.sapo.pt/68791.html>, data de consulta a 17-05-2022.

TORRES, Jorge (2020) Ó vós, que ides passando (Inventário das alminhas do concelho do Sabugal). *Sabucal* 11: 7-192. Disponível em https://www.academia.edu/43406486/%C3%93_v%C3%B3s_que_ides_passando_Invent%C3%A1rio_das_alminhas_do_concelho_do_Sabugal, data da consulta a 28-04-1964.

UKAR MURUZABAL, J. (1994) – *Ayer y Hoy de la Estela Discoidea en Navarra. Cuadernos de Etnología y Etnografía de Navarra*, n.º 64. Pampelona.

UNESCO (2001) *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*.

VASCONCELOS, José Leite de (1994) *Etnografia Portuguesa*, Vol VII. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VICENTE, Manuel Fernandes (2009) Alminhas: Portugal foi o único país a criar estes monumentos. *Público*, 2 de novembro de 2009, disponível em http://www.snpcultura.org/vol_alminhas.html, data de consulta a 18-05-2022.

VIEGAS, Francisco dos Santos (1937) *Templos, cruzeiros e alminhas, monumentos de Portugal*. Figueira da Foz: Escola Gráfica Figueirense.

VIEIRA, Sara Catarina Nunes (2019) *Alminhas e Cruzeiros uma experiência de inventário em Louzada: relatório de estágio*. disponível em https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=281230, data da consulta a 18-05-2022.

